



AUDIÊNCIA PÚBLICA – CENSURA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Interlocutores: Maria Céres Pimenta Spínola Castro e Robson Sávio Reis Souza.

Data: 06 de abril de 2017.

ROBSON SÁVIO: Boa tarde para todas e todos, eu gostaria. Meu nome é Robson Sávio, sou Coordenador da Comissão da Verdade aqui de Minas Gerais, gostaria inicialmente de compor essa mesa chamando a minha colega que vai coordenar essa audiência pública, a Professora Maria Ceres Pimenta Spínola. Eu convido também os nossos depoentes, participantes, colaboradores neste momento, a Vilma Fazito, a Mirian Chrystus, o Deputado Nilmário Miranda, Secretário de Estado de Participação Social, Cidadania e Direitos Humanos. O jornalista Aloísio Moraes, e o também jornalista Manoel Guimarães. O jornalista Carlos Lindenberg. O outro nosso convidado Washington Mello, ele deverá chegar daqui a pouco, ele teve um pequeno probleminha e em instante ele deve estar conosco também. Eu gostaria inicialmente de agradecer a presença de todas e de todos nessa 1ª Audiência Pública da Comissão da Verdade de Minas Gerais desse ano e quero também, inicialmente, registrar a presença dos membros da Comissão da Verdade que estão aqui presentes, além da Professora Ceres aqui do meu lado, nós temos o Coordenador Adjunto, o Jurandir Persichini, o Jurandir aqui, nós temos também a Professora Emely Vieira Salazar, o Carlos Melgaço, o médico Doutor Carlos Melgaço. E mais alguns dos nossos colegas, como o Paulo Valadares, ele não está presente, porque ele está em uma atividade de campo, e acaba de chegar a Professora Celina Albano que também faz parte da nossa Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais. No atual momento, a Comissão da Verdade, ela empenha todos os seus esforços na finalização dos trabalhos de pesquisa, incluindo oitivas e audiências públicas, com o intuito de cumprir seus objetivos institucionais. De acordo com a Lei 20.765/2013, que instituiu a Comissão da Verdade de Minas Gerais, a COVEMG objetiva esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais. Identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionadas direta ou indiretamente à prática de violações aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações dos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil. Colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação aos direitos fundamentais, observadas as disposições legais, recomendar a adoção de



medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais. Promover, com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas ou a seus familiares. A Comissão da Verdade em Minas foi instituída pelo governo do Estado em 2013 e teve seu mandato prorrogado pelo Governador Fernando Pimentel em 2015. Tem como finalidade, portanto, reconstruir a verdade da história com foco especial na luta pela democracia, analisando e dando voz aos vários seguimentos e grupos do povo mineiro que empreenderam o combate à Ditadura Civil Militar implantada no Golpe Militar de 1964. Nosso trabalho é realizado por meio de Audiências Públicas, oitivas e amplas pesquisas em dezenas de arquivos, em fontes primárias e secundárias e na bibliografia existente sobre o tema. A Comissão estruturada em subcomissões temáticas que investigam graves violações aos direitos humanos dos mineiros, como a subcomissão da tortura, dos locais de tortura, a questão do assassinato, do desaparecimento, as prisões arbitrárias, as perseguições aos trabalhadores rurais e urbanos e aos grupos indígenas, entre outros grupos e subcomissões. Além da colheita de depoimentos sobre graves violações dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado, as Audiências Públicas são fundamentais neste momento que vivemos e também para a história e para a busca da verdade, porque servem para aproximar os parceiros de diferentes seguimentos da sociedade que buscam um esclarecimento da verdade e a preservação da memória histórica sobre os crimes ocorridos no Brasil, principalmente durante o período militar e ditatorial. Nesta Audiência Pública ouviremos jornalistas e outros agentes culturais mineiros que darão o seu depoimento e sua contribuição acerca da censura aos meios de comunicação e espetáculos culturais. A investigação dos eventos de censura tem como objetivo reconhecimento, por parte do Estado mineiro, das violações ao direito à informação que aconteceram, principalmente, em Belo Horizonte, no Estado, entre 1964 a 1985. Quero agradecer muito a presidência do Aloísio Moraes, a presença. Do Washington, do Carlos Lindenberg, está aqui. Ah, o Washington vai chegar. Da Vilma Fazito. Que darão os seus testemunhos sobre o cerceamento das liberdades de expressão e sobre as formas de resistência que eles encontraram para o exercício do jornalismo nos chamados Anos de Chumbo. Agradeço também os que nos narrarão sobre experiências alternativas, como o Jornal dos Bairros e o De Fato e a ação dos sindicatos dos jornalistas. Meu agradecimento então ao Manoel Marcos Guimarães, né? E o Nilmário Miranda e também à Mirian Chrystus. O Secretário Ângelo Osvaldo, ele foi convidado, mas por problemas de

agenda não pôde participar e, como eu disse anteriormente, o Washington Mello deverá chegar a pouco. Por fim, meu agradecimento também aqui pela COVEMG que organizou com todo carinho essa audiência, nas pessoas da Helena Amorim e Vanusa Nunes. E quero agradecer a todos, mais uma vez, pela presença e pela deferência de estar aqui, inclusive nosso Secretário. Subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos. Eu passo a palavra agora para a integrante da Comissão da Verdade de Minas Gerais e Coordenadora da Subcomissão VI, que trata, entre os temas, do chamado Eixo das Outras Violações dos Direitos Humanos, cujo Grupo A dessa subcomissão trabalha com a temática Censura aos meios de comunicação e aos espetáculos artísticos e culturais, a Professora Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, então coordenará essa audiência pública.

MARIA CERES: Obrigada Robson. Boa tarde a todos vocês. Meus agradecimentos pela presença de todos. Mas também meus agradecimentos especiais aos convidados aqui nessa audiência que, com certeza, contribuirão para o trabalho da Comissão da Verdade. Esse trabalho que a gente vem fazendo, nesta Subcomissão VI, e que diz respeito à violação dos outros direitos violados, ele aborda quatro grupos pequenos. Um foi a cassação dos representantes políticos e exoneração dos servidores públicos por atos de exceção. Esses trabalho está quase que terminado, está faltando a gente apurar apenas alguns casos no interior do estado de cassação de vereadores. O segundo grupo é a repressão às universidades e ao movimento estudantil, que nós estamos trabalhando identificando nas instituições universitárias que existiram naquele período qualquer tipo de repressão que elas sofreram e, no caso específico, também o movimento estudantil. Com relação a isso, no dia 06 de abril nós vamos fazer uma Audiência Pública com as lideranças estudantis de instituições públicas e privadas de Minas Gerais, na qual a gente já convida todos vocês também para vir conhecer esses depoimentos e esses atores. O terceiro grupo é esse, Censura aos meios de comunicação, espetáculos artísticos e culturais e intérpretes. Como a gente tá. O Robson já disse, a gente trabalha com pesquisa de arquivos, busca de informações bibliográficas, né? E, através da coleta de depoimentos de oitivas e de audiências públicas, as provas que a gente chama de testemunhais. Todos os eventos que a gente vai trabalhando, a gente busca uma de cada uma dessas três provas, uma prova testemunhal, uma prova documental e uma prova que a gente chama de bibliográfica, entendendo aí nas questões propriamente. O Robson falou uma coisa muito interessante que aquilo que foi publicado é possível ser comprovado ou contestado. Nesse sentido a gente trabalha com publicações, sejam eles,

né? Publicações mais vistas, ou artigos acadêmicos, ou livros e etc. Então a gente tem trabalhado dessa forma. Terceiro grupo. Quarto grupo diz respeito às crianças e adolescentes que não puderam conviver com os seus progenitores, porque eles foram mortos, desapareceram ou ficaram um tempo muito grande na prisão, impedindo então a convivência entre os filhos com os pais. Esses trabalhos têm andado, eu gostaria de não tomar muito o tempo de vocês, mas eu queria dizer antes, têm andado também muito pela colaboração de que a gente tem tido, além de todo o pessoal da comissão, dos membros da comissão, pelos assessores, agora pelos bolsistas, né? Estagiários da iniciação científica, e também pelos voluntários. Então eu quero agradecer em primeiro aos voluntários, na pessoa de Vanessa Nunes, né? Que tem trabalho com a gente muito. Quero agradecer os bolsistas Cláudia Fonseca, que a gente conhece como Pipoca, que há muitos anos é minha aluna, né? Que já está completando. a Ana também, que é, como se diz? Né? O Cristian, que não sei se está aí, que é. Que é da iniciação científica, e o Celso e o Alexandre, que são assessores e que tem trabalhado para que a gente possa fazer isso tudo. E nas pesquisas que foram feitas, nós temos. Eu trouxe duas pesquisas para mostrar o tipo de pesquisa e o tipo de documentação. Aqui tem, por exemplo, um documento da pasta do arquivo do 1º Exército, tá? E que é Instruções para Execução da Censura, Belo Horizonte 16 de dezembro de 68. As finalidades, as normas do campo político, no campo econômico, no campo social e os encargos do censor na imprensa escrita, na imprensa. No campo. Imprensa escrita, na imprensa falada, na imprensa televisiva, tá? E uma outra coisa também que vocês conseguiram no arquivo da DOPS, é um documento de 1961, portanto, antes do golpe. Passo as mãos e olhos para o seu secretário. Passo as mãos à vossa excelência para os devidos fins. Expediente oficializado em forma de ofício pelos Coronel (ininteligível), do gabinete de Conselho de Segurança Nacional (ininteligível). Chefe de Departamento de Ordem Política e Social. Vem informando aqui a honra de solicitar o vosso ofício no sentido que seja elaborada através da Secretaria de Estado um levantamento dos elementos Comunistas que atuam na imprensa, quer seja na falada, televisada ou escrita. Isso em 27 de outubro de 1960. E aí tem outros profissionais que trabalhavam na imprensa naquele período, tá? E está escrito 1960 e o documento é de 1961, tá? E que tem os funcionários do Diário da Tarde, jornal. Aí ele avisa aqui que: Os grifados a lápis vermelho com uma cruzinha. Os grifados a lápis vermelho são elementos que registram vários antecedentes do (ininteligível). Os grifados a lápis vermelho com uma cruzinha são os elementos pertencentes ao extinto Partido Comunista do Brasil. Belo Horizonte 03 de julho de 1961. E aí vem Diário da

Tarde, Estado de Minas, e aqui estão revisores (ininteligível). Todos os profissionais de 60 e 61, né? Isso é importante pra gente ter que, né? Tava armando, facilitar o Golpe, né. E aí então neste sentido é fundamental para a gente também ver que depois de 64 como é que se procedeu com relação à censura aos maios de comunicação e em especial depois de 68, né? Com a chamada Lei de Imprensa contra a qual esses, os sindicatos jornalistas lutou tanto naquele período sob o comando de Gilmar. E gostaria então de começar, a gente, os nossos trabalhos, os depoimento. O sistema que a gente trabalha aqui na questão da audiência pública, eu queria só informar para os presentes, é o seguinte, cada um dos participantes aqui assinou um termo de autorização para que o depoimento seja gravado e possa ser usado na elaboração do relatório. A gente passa a palavra para a pessoa dar o seu depoimento, eventualmente tenha ficado claro uma data ou um determinado tipo de informação, a gente pode fazer pergunta eventualmente, né? E é assim todos os depoimentos, e só depois que todos depoimentos feitos é que a gente abre questões para o público no tempo que for possível. Tá? Então, eu gostaria mais uma vez agradecer, pedir desculpa porque eu demorei um pouquinho na minha fala, mas para informar melhor como funciona, tá? E aí eu gostaria de passar a palavra em primeiro lugar para o Manoel Marcos Guimarães, que foi presidente do Sindicato dos Jornalistas durante um período e. Foi jornalista no mesmo ano de diferentes veículos de comunicação e durante também muito tempo, nós fomos colegas, né, Manoel? Na universidade, Chefe de Comunicação na instituição, né? Foi o primeiro redator do Boletim, do Boletim da universidade, né? E atuou como Secretário da Comunicação na Prefeitura de Belo Horizonte, e eu gostaria de agradecer a sua presença e fique à vontade para prestar o seu depoimento.

MANOEL GUIMARÃES: Bom, eu temo que meu, meu depoimento esteja um pouco periférico, até porque eu sou. Eu sou testemunha, né? De vários acontecimentos, como profissional, mas contem um episódio específico que eu tenha. Eu trabalhei na sucursal do jornal Estado de São Paulo, Estadão aqui, e a experiência que a gente tinha de censura não nos afetaram muito diretamente, porque a censura era praticada na edição, em São Paulo, né? Eu, particularmente, claro que a gente ficava sabendo dos assuntos que eram proibidos, né? A história do Estadão, creio que todo mundo conhece, Estadão se tornou uma espécie de uma. Um ícone da resistência à censura pela famosa utilização do espaço com poemas de Camões e receitas culinárias diversas, né? Porque a censura, a censura atuava na oficina do jornal, retiramos na última hora matérias que os censores achavam que não deveriam ser publicadas, né? Então o Estadão passou a utilizar esse

expediente, né? De substituir esse espaço que era vetado por trechos de Os Lusíadas, do Camões, e possivelmente de receitas, né? A propósito, tem um documentário que foi feito pelo jornalista José Maria Mayrink, que é muito interessante, que ele recolhe vários depoimentos a esse respeito especificamente do Estadão, que não tem haver com o trabalho da COVEMG aqui em Minas, mas é bem interessante, né? Mas, particularmente, eu cobria, na sucursal do Estadão, eu cobria o que a gente chama de Editoria Geral, a sucursal tinha poucos repórteres e a minha parte era saúde, educação, cultura. E um dos episódios de uma das coberturas que eu fiz que foi censurada, eu estou relatando isso para vocês terem uma ideia de como era sem nexos a censura, foi a primeira epidemia de meningite que teve no Brasil, né? Noticiar os casos de meningite passou a ser censurado. Era tido como uma. Passou a ser tido como uma tábua de segurança nacional, você revelar para o país que havia uma epidemia de meningite, né? Então a gente fazia a cobertura normalmente, as matérias iam, mas não saía nada, durante um vasto período o Estadão não podia publicar. Em outros jornais até sai alguma coisa, mas no Estadão não saía nada a respeito dos casos de meningite. Na UFMG, eu, particularmente, eu entrei na UFMG em 1972, trabalhando lá com o Professor Pedro Carneiro, né? Só trabalhei um pouquinho mais antes disso como estagiário, e passei a viver mais de perto, na realidade, quando o Pedro saiu e eu assumi a coordenação, isso em 1974. Um episódio mais violento que a gente enfrentou nesse aspecto foi o do III ENE, a realização do III ENE, em que houve o cerco, a invasão da faculdade de Medicina, e a cobertura dos jornais foi grande, né? No dia seguinte. As das televisões praticamente inexistentes. E nesse episódio tive um, assessor de imprensa, um atrito com o. Chefe de reportagem da TV Globo Minas, e ele provavelmente já falecido, Dino Reis, que queria forçar uma entrevista com o Professor Albino e de qualquer maneira, sinceramente eu tive que bloquear e dizer que, no dia seguinte a invasão, o clima lá tava muito tenso, e tive um bate-boca, enfim, bate-boca mesmo, a palavra é essa, né? cobrando: “Pô, vocês não noticiam os fatos e depois vai querer cobrar do reitor?” A pauta dele era o que o reitor ia fazer para se contrapor à violência policial, etc, etc. Uma pauta altamente complicada. E os outros episódios dentro da universidade, já que pega também a questão cultural, diz respeito ao pessoal direto, né? A partir do episódio da (ininteligível) os Festivais de Inverno passaram a ser extremamente policiados, houve casos, houve casos em que o DOPS matriculava, né? Inscrevia policiais nos cursos do festival para acompanhar o comportamento, né? A questão no caso, não me lembro, não conheço nenhum episódio de peças teatrais pelo menos que tenham sido proibidas ou vetadas, eu

não participava dessa definição, eu não sei, mas certamente as que não. Não eram dentro das salas de aulas, das oficinas e etc. havia esse acompanhamento, mas a preocupação da ditadura, na época, tinha muito mais haver com a questão comportamental, né? Consumo de drogas, enfim, maconha etc, do que com a questão política, né? O Festival de Inverno não era tido, embora tenha tido uma representação política forte, mas não era uma manifestação vista como uma questão política, né? Cultural, então, aspecto que pesava muito no acompanhamento lá era a questão comportamental e fundamentalmente ligada ao consumo de substâncias não legalizadas. No sindicato, especificamente, eu assumi o sindicato em 1984, ou seja, a fase do período de censura direta já tinha sido superada e foi. Começa a fase, mas como ainda havia repressão, né? A fase da repressão dos atos de terroristas do Comando de Caça aos Comunistas e etc, né? No primeiro mês do nosso mandato, nós abrimos, talvez o primeiro ato público que nós fizemos lá na Casa dos Jornalistas, foi um ato de solidariedade ao Doutor Célio de Castro, que tinha sido um pouco antes vítima de um atentado quando ele fazia uma, Isso eu era presidente do sindicato dos médicos, e ele fazia uma palestra ali no alto da Afonso Pena, na Utramig, na sede da Utramig, e acho que o carro dele. Jogaram uma bomba na Utramig ou no carro dele e etc, né? E nós abrimos a Casa dos Jornalistas, que era um clima muito tenso para fazer um ato de solidariedade ao Doutor Célio. Especificamente quanto a censura de imprensa, aqui em Minas, o meu conhecimento, o meu depoimento, ele diz que, claro que ela existia, mas acho que aqui em Minas, no que diz respeito à mídia estabelecida, mais grave que a censura foi a autocensura não é? Os jornais antecipavam a censura e acolhiam, confesso que a maioria dos jornais brasileiros, né? E se antecipavam. Tem um episódio que não é nada que eu posso relatar isso com tranquilidade, porque todos os fatos são públicos, mas para a gente ter uma ideia do quê que era essa (ininteligível), né? Da. Dos jornais com o poder, houve um momento em que o editor de política do Estado de Minas era simultaneamente assessor de imprensa do governador (ininteligível) diretório municipal da Arena em Belo Horizonte. Quer dizer, ele ocupava esses três cargos simultaneamente. Quer dizer, você não tinha necessidade de ter censura, porque você tinha o controle absoluto do que seria publicado no jornal, né? Mas na prática, a Comissão já levantou alguns depoimentos, a prática era desfiliar os jornais, numa, sempre que preciso. Parece, que eu não presenciei isso, porque eu trabalho mais os relatos, que nos jornais, pelo menos no Estado de Minas, havia um censor que passava no fim do dia para olhar, para saber o que estava publicando, etc. Mas o costume era que

a Polícia Federal encaminhasse pros jornais, diariamente ou periodicamente, uma relação de assuntos que não poderiam ser noticiados no dia seguinte, né? Uma espécie de index proibitório, né? Os episódios mais. Então havia uma lista prévia aqui de pessoas que não podiam nem sequer ser citadas, Dom Helder Câmara, por exemplo, era um deles. Não se podia noticiar nada a respeito disso, né? E. Até então, quando tinha um episódio específico, um funcionário da Polícia Federal ia às redações e apresentava, procurava os editores e dizia: “Olha, tal assunto não pode ser noticiado amanhã.” E ficava por isso mesmo. Aqui na Polícia Federal, durante muitos anos, o policial que fazia isso era um cidadão muito simpático e se chamava Relações Públicas, né? E que visitava as celas é o Leopoldo Portela, era uma figura muito amistoso, convivia bem, tal, mas o papel dele era esse, era comunicar aos jornalistas o que não deveria ser publicado. O meu depoimento inicial era esse. Eu não tenho, como eu disse, eu não sou, eu não fui. Particpei de um episódio marcante e etc., então eu queria fazer esse apanhado geral e pode ser que no decorrer do debate eu possa crescer mais alguma contribuição.

MARIA CERES: Muito obrigada, Manoel. Eu gostaria de cumprimentar algumas pessoas. O Jornalista Washington Mello, que acabou de chegar. Tudo bem? E aí eu gostaria de passar a palavra agora, se me permitirem, ao Secretário Nilmário, pode ser outros, né? Então muito bem, então eu vou passar para Carlos Lindenberg e depois para o Washington, né? Tudo bem? Estou pensando em seguir a temporalidade.

CARLOS LINDENBERG: Boa tarde a todos. É. Uma boa parte do que o Manoel Guimarães disse, relatou, eu vivi diretamente. Nessa época eu trabalhava no Estado de Minas e no início, também trabalhava nessa época, no início da censura eram oficiais do Exército, da Polícia Militar, me parece mais do Exército, eles sentavam na redação e todo o material que era produzido no jornal, principalmente na área de política e economia, mas tinham também coisas da área de polícia e etc. Esse material era submetido à apreciação e a censura desses oficiais que ficavam, aparentemente, à paisana dentro da redação. E aquilo que eles consideravam que eram inadequado, proibido, ou seja, ou até que não era do gosto pessoal deles, eles vetavam, ou totalmente ou em parte, mas era época da censura prévia. A convivência da redação com esses censores era uma convivência. Aliás, de conflito, evidentemente, até porque, como disse o Manoel ali, os jornais locais antecipavam a censura e praticavam a autocensura. Primeiro é que não havia também assim um clima de indisposição. Ninguém ia lá ficar batendo um papo, contar piada com um censor, é lógico, mas também ninguém queria confrontar, algum

tipo de atrito. Até que nesta data, esses censores saíram da redação e veio uma ordem dos membros da Polícia Federal daqui ou de Brasília que era, o nome de independência a isso, que era na verdade uma relação se poderia ou não publicar os jornais. Eu me lembro que isto foi colocado num quadro de aviso na redação, e aí a gente tinha que, o que podia, o que não poderia e tal. Era o AI-5 das delações, né? Ficava exposto lá, né? E a gente trabalhava normalmente e etc. Então eu tive essa experiência direta com a censura no Estado de Minas e com alguns episódios dos quais eu participei e me lembro de um deles, foi uma matéria que eu fiz com o então presidente do DCE, se não engano chama Atos Mário da Costa e Silva, ele era presidente do Departamento de Controle Externo, ele era a pauta do estado. Havia, estava instalado em Belo Horizonte um IPM, Inquérito Policial Militar, que era presidido por Coronel Camarão, a gente chamava ele de PM Camarão. E fizeram uma cópia, entrevistar o Atos no Departamento de Controle Externo para fazer uma apreciação, enfim, sobre o PM Camarão. Eu fiz a matéria, a matéria foi publicada e isso criou um problema, porque o Coronel Camarão queria, porque queria que o jornal oferecesse ao IPM o nome do autor da matéria, que é essa modesta figura. E criou uma. Se leu no jornal, não sei se vou achar aqui, o que havia aqui duas redações no jornal, uma redação da redação propriamente dita, e vou citar os nomes, um era o Doutor Pedro Agnaldo, que era o editor, né? O geral, que era, e tinha o Cearense, qual o nome dele? Paulo Cabral, que era o diretor geral do Grupo dos Associados. E aí o Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, dar o nome, e o Paulo Cabral não queria que desse o nome. E criou-se ali uma discussão que em uma delas, eu me lembro, contei isso ao Paulo Cabral diretamente. Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, ele não queria, até que certa altura, a gente eu estava na sala quando entrou Pedro Agnaldo “Pedro, quando não tem assinatura do repórter a responsabilidade é nossa, então se você indicia o Coronel Camarão, nós, você e eu, somos responsáveis por essa matéria.”. Bom, nenhum dos dois foram presos, nem eu, minha vida continuou. Anos depois eu encontrei com o Coronel Camarão aqui no Quartel Militar e curioso, como sou repórter, fui tirar a limpo essa história, fui conversar com ele e ele confirmou que realmente houve tudo isso, que não deram o nome, mas que depois ele teve boas informações de dentro da redação do jornal. Bom, uma outra matéria que eu li foi com relação a prisão de alguns padres franceses aqui em Belo Horizonte, na verdade foram três padres, dois padres franceses, um belga e um diácono brasileiro. Eles foram presos por agentes do Exército e desapareceram. Ninguém sabia onde estavam, e eu fui escalado para fazer a cobertura dessa situação, que era do primeiro confronto da Igreja

com o Estado naquela altura. E eu fiquei então, todo dia eu ia, falasse do sujeito, eu ia no ID/4, que era comandada pelo General Cardoso, enfim, ia na Polícia Federal, ia nesses lugares onde poderia ter algum tipo de informação sobre o paradeiro dos padres, dos franceses, do belga e esse diácono brasileiro, José Geraldo da Cruz, o francês é Michel Le Ven, e depois foi professor da UFMG, se não me engano. Até que um dia que eu resolvi. Tem um amigo meu, um já falecido colega, que diz o seguinte: “Todo repórter, todo bom repórter, inclusive o repórter deve ter pouco juízo e muita sorte.” Ele até escreveu um livro sobre isso, José Roberto, e talvez por isso, no dia eu resolvi procurar a 4ª Companhia de Publicações do Exército, que fica na Pampulha, num lugar bem escondido, depois do Colégio Militar. Eu fui lá, o motorista da minha Kombi era o Seu João e o fotógrafo na Kombi agora eu não me lembro. Então eu fui para lá. Chegando no Colégio Militar tinha uma guarita, tinha uns guardas ali, soldados, (ininteligível) acesso ali, e quando eu parei a Kombi, pedi pro Seu João parar a Kombi um pouco antes, parou, e veio os soldados para nos identificar, saber o que a gente queria ali. E quando chegou o soldado perto de mim, foi muito engraçado, porque era um velho amigo meu de Montes Claros, jogador de futebol, lá em Montes Claros. “Uai, Lindenberg. O quê que você tá fazendo aqui?” Falei: “Oh Roberto, ele foi formado em Direito, sou advogado em Januária, então eu vim atrás dos padres que foram presos, eu fiquei sabendo que eles estão da 4ª Companhia de Comunicação, lá no Colégio Militar, eles estão no 3º andar do Colégio Militar.” “Vai lá.” “Mas eles vão me deixar entrar?” Ele falou assim: “Vai andando.” “Eles estão no 3º andar.” E assim a Kombi entrou, ninguém não pediu documento, favor nem nada, entramos e subimos. Entrando, cheguei e subi a escada, o comandante do Colégio Militar na época era o Coronel Tacom, ficava a direita a sala dele das escadas, aí à direita, à esquerda, corredor com alguns quartos e no primeiro quarto, à direita, abri a porta, estavam lá os padres e o diácono. Eu tive tempo apenas de dizer: “Vocês são os presos, os padres com o diácono?” “Sim, somos nós.”, perguntei se estavam bem fisicamente, disse: “Estamos bem.” Não houve nem tempo, porque o fotógrafo que estava comigo, ele me empurrou de lado “Esses são meus.” Ele era muito abestado “Esses são meus.” E me empurrou e começou a fotografar com uma máquina caixote, fotografando os padres e fez uma meia dúzia de fotos, quando nós ouvimos passos subindo as escadas, aí eu fechei a porta e ele rapidamente, como bom profissional que era, saudoso (ininteligível), já falecido há muitos anos, ele tirou o filme da máquina e falou “Guarda no seu bolso.” Coloquei no meu bolso. Naquela época nós trabalhávamos de terno e gravata, coloquei no bolso e ele colocou um filme novo na

máquina rapidamente enquanto subíamos uns três degraus de escada, uns três lances de escada, trocou o filme e aí o Coronel chegou, estava com a porta fechada já, queria saber o que estava acontecendo e o Coronel (ininteligível): “O que você está fazendo aqui, que absurdo, invasão do colégio, não sei o que.”, jogou aquela bronca, aquele negócio e o soldado que estava com ele, um oficial, não me lembro, foi na máquina do fotógrafo e tomou a máquina, o fotógrafo esboçou uma reação: “Absurdo, não pode ser.”, tomou a máquina, tal e abriu a máquina e pegou o filme, não tinha nada (ininteligível) estava no meu bolso. Aí o Coronel (ininteligível) disse a frase que eu mais gostei na minha vida: “Para fora.” Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro: “Pra fora.”,(ininteligível) entrei na Kombi e fomos embora. E cheguei no jornal com esse material. Com a localização dos padres, todo mundo queria saber, inclusive muitos Apostólicos estavam em Belo Horizonte naquela época procurando a localização dos padres e o Exército (ininteligível), até que na tarde deste mesmo dia eu fui à ID/4, que era comandada pelo (ininteligível) General Cardoso, e o General (ininteligível) entrevista a imprensa, era mais uma conversa in off ali com a imprensa, e o General Cardoso insistia que os padres não estavam em Belo Horizonte, embora eu tinha acabado de estar com os padres de manhã e eu não aguentei, ao invés de dar o furo, eu preferi desmentir o general, falei: “General, o senhor vai me desculpar, mas os padres estão aqui sim.” “Ah onde estão, então?” “Os padres estão no Colégio Militar.” Então aí acabou o segredo, (ininteligível) dia seguinte os padres estavam no Colégio Militar, eu perdi o furo, mas não podia deixar de dizer ao General que ele não estava dizendo a verdade. Bom, posteriormente, eu tive uma outra experiência (ininteligível) vários depoimentos, eu tive uma outra experiência (ininteligível) o Leopoldo Portela. Leopoldo Portela, era uma figura, eu trabalhava a noite no jornal, passei a trabalhar a partir daí à noite no jornal, porque eu era um espécime (ininteligível) trabalhava como repórter e eu trabalhava como o que fazia a ligação entre a redação e a (ininteligível), que é a oficina, que era no mesmo prédio na Rua Goiás, e uma do Doutor Portela, muito simpático, ele era realmente as relações públicas da Polícia Federal e ele chegava lá quase toda noite, chegava com uma relaçãozinha de matérias ou uma matéria ou mais de uma que não poderiam ser publicadas. A matéria já estava até na oficina, a gente tinha que ir lá e tirar da máquina, às vezes tinha até que parar o jornal, tirar, porque não podia sair aquela matéria, mas o Doutor Portela era encarregado de fazer isso e fazia com muito, muita cordialidade, não vinha também com aquela coisa de autoridade, não: “Oh, você me desculpa eu tá chegando aqui a essa hora, mas é que essa matéria não pode sair, aquela também não

pode.” Então a gente tinha que se virar ali para não sair a matéria. Posteriormente, eu tive uma outra experiência eu trabalhava na sucursal da Veja, o Manoel disse aqui, eu tive contato direto com a censura, eu tive na época estava no Estado de Minas e tive esse contato direto, diário com o Leopoldo Portela nestes episódios que eu acabei de narrar aqui agora. Mas na Veja eu tive uma experiência que eu gostaria também de narrar que foi uma. O Vice-presidente da Veja foi impedido de (ininteligível) de assumir (ininteligível) Presidência da República, na doença do Costa e Silva. (ininteligível) da Veja então se deu a tarefa de criar o PDE, Partido Democrata Republicano, e passou a se dedicar a isso. E eu que era. Tinha a sucursal da Veja aqui cuidava mais dessa área política, eu insistia em conversar com o Doutor Pedro Aleixo, fazer uma entrevista com ele nas páginas amarelas da Veja, que era lugar que todos nós queríamos frequentar, as páginas amarelas das Veja (ininteligível) nas páginas amarelas. E em um certo. Toda semana ou quase toda semana eu ligava para o Doutor Pedro Aleixo, morava perto do Colégio Estadual, tentava marcar. Teve um dia que ele falou: “Não, pode vir cá, vamos conversar.”, eu cheguei, eu lembro, o Doutor Pedro Aleixo estava adoentado, estava acabando de receber os vereadores de Mariana, terra dele, (ininteligível) falei: “Doutor Pedro, é a nossa entrevista.” “Vamos fazer.” “Vamos. Você sabe já, muito tempo te procurando.” Fiz a entrevista com ele e ele me disse que tava doente, problema respiratório, eu fiquei meio penalizado com a figura ali, meio frágil já, (ininteligível) de carreiras e tudo mais. Eu falei: “Doutor Pedro, eu trouxe aqui umas perguntas por escrito que eu ou fazer para o senhor, o senhor fica a vontade para respondê-las.” Aí deu a seguinte resposta: “Meu filho, na minha casa eu estou sempre a vontade.” A partir daí eu fiquei a vontade, mas fiz a entrevista com o Pedro Aleixo e essa entrevista, está aqui, foi encaminhada à Revista Veja de São Paulo e ela não foi publicada, porque, como vou mostrar pra vocês aqui, ela está toda vetada, toda vetada. Essa matéria não foi publicada. Não tinha nada de excepcional, mas tinha algumas coisas que o censor lá da Veja, lá tinha censura prévia, o censor não deixou passar e a matéria foi vetada. Essa matéria chegou nas minhas mãos, aliás, ela foi publicada no livro do Padre Aleixo, ele diz ter ouvido do pai dele o Doutor Pedro Aleixo e ele publicou essa matéria que eu tenho certeza que estava, continua (ininteligível). A Revista Veja depois fez uma matéria comemorativa dos 35 anos da revista e usou essa matéria como exemplo da ação da censura prévia da revista, e publicou essa matéria aqui. Então, são essas as minhas experiências com a censura, a censura prévia aqui no Estado de Minas e a censura através da Polícia Federal (ininteligível) nesse caso o padre, a entrevista do Costa e Silva

(ininteligível) jornal, e essa da revista Veja. Enfim, eu queria. Para terminar, já que nós estamos falando de censura, eu queria lembrar que essa semana nós vivemos uma situação muito parecida com essa época que nós vivemos, com a condução coercitiva do governo de São Paulo, Blog da Cidadania, Eduardo Guimarães, que foi levado sob várias, como se dizia antigamente, para dizer ao juiz de Curitiba, Sérgio Moro, quem teria sido a fonte de informação, que ele havia publicado dois dias antes a Condução Coercitiva do ex-presidente Lula. Eu faço esse registro, porque nós estamos tratando aqui de censura e esta me pareceu. Me parece um tipo de censura, na medida que você conduz uma pessoa, levar o jornalista sob a alegação que ele não é jornalista, que é pior ainda. Como se um juiz pudesse dizer quem é e quem não é jornalista, então eu queria fazer esse registro para que essas coisas nunca mais voltem a acontecer.

WASHINGTON MELLO: Nós tínhamos combinado que estaria aqui as duas, mas com um compromisso de última hora (ininteligível) atrasar, de avisar que viria que chegaria um pouco atrasado, mas que viria, felizmente estou aqui, acho uma oportunidade muito boa. O motivo desse encontro nosso além de estar (ininteligível) necessário, né, (ininteligível) esses encontros promovam outros encontros, porque com se há uma predisposição de considerar que o brasileiro esquece muito rapidamente os fatos que acontece no dia-a-dia ou que marcam a história política do país, nós precisamos constantemente provocar esse tipo de encontro para que as pessoas não se esqueçam do que aconteceu e há muito pouco tempo atrás, e que hoje muitos jovens não sabem se quer se isso aconteceu. Então é preciso que realimentemos essa memória para deixar que não vire museu, aquela coisa estática ficar lá pra gente ver, olhar, admirar, enquanto que a memória não morre, porque ela é dinâmica e ela é provocativa. Então precisamos sempre relatar o que houve e cobrar porque que houve, ou tomar como experiência o que aconteceu. E aí eu ressalto que infelizmente, por ter atrasado eu perdi um pouco a maior parte do relato do Manoel, mas deve ter sido muito bom e como ele e como o Lindenberg fez, eu confesso que vivi também aqueles momentos, difíceis momentos, mas, felizmente estamos aqui para dizer.

WASHINGTON MELLO: Que muitos não se dobraram para contar por onde passaram, para onde foram e onde foram deixados. E aproveito também para ressaltar e eu acho que todos concordam comigo, que o Lindenberg tem uma memória prodigiosa, ele me lembrando aqui nome, fatos e pessoas que convivemos juntos por um determinado momento e eu injustamente confesso que esqueci o nome do Clodovil que era um

repórter fotográfico maravilhoso, bebia igual um gambá, mas quanto mais ele bebia, melhor ele fotografava. E era motivo de 10 horas da manhã, ele saía correndo nessa Kombi do Senhor João que ele era o motorista muito eficiente, dirigia a Kombi do jornal, da reportagem e não tinha nenhum dente na boca, não é? E contava para a gente o tempo todo que a maior paixão da vida dele era a mulher dele. Que ele trabalhava 12, 15 horas por dia, mas quando ele ia para casa, ele descontava. Isso ele nos contando. Uma grande figura, muito bem. E nos ensinou para gente jovem e inexperiente, a prova disso a entrada no quartel, né? Muito bem, eu anotei alguns fatos pra gente recordar, mas queria também ressaltar que a experiência que nós tivemos com sensores nas redações em Belo Horizonte, diante do que acontecia no Estadão, na Tribuna da Imprensa, nos jornais principalmente do Rio e de São Paulo, foi muito pouco, embora tenha sido uma agressão e uma intolerável intromissão do direito e ao acesso ao mínimo de liberdade de informação que estava acontecendo. E uma coisa interessante é que os censores num determinado momento e eles estavam presentes nas redações, alguns muito conscientes da sua autoridade, e do autoritarismo que puseram na cabeça deles, outros assim mais já cansados de uma vida policlesca e receberam essa missão como mais uma da vida e aqueles que achavam que iam salvar o Brasil proibindo pelo noticiário. Mas nós tivemos neles fontes de muitas informações. Porque proibiu-se tanto divulgar que os chamados comunicados, como o Lindenberg lembrou, com mais cinco enorme e dizendo que não podia publicar, foi pregado no quadro de aviso da redação, que era a maior redação de Belo Horizonte naquele tempo não é? Que os associados Estado de Minas e Diário da Tarde, mas foi mandado para os veículos todos, eram tantas proibições que vinham, fiscais desse comunicado enorme e tinha também os telegramas, que eles chamavam os telegramas que eram um papelzinho com um corte assim horizontal como fosse um telegramzinho, dizendo para comunicar a direção, a chefia de redação e tal, que ficava vedado, proibido, a divulgação da matéria sobre isso, assim, assim, assim. Então acontecia de nós sabermos que tinha acontecido uma coisa porque vinha proibir. Ninguém na redação tinha sabido ainda que tinha acontecido o fato. Mas o fato detectado por eles segundo a informação, distribuía a proibição e a gente então ficava sabendo quando o censor era do tipo assim, um pouquinho mais, ele interagia mais na redação, né? E via que ali não tinha ninguém querendo matar ninguém. Agora, o que aconteceu tipicamente em Minas Gerais? Eu acho e espero que o Manoel até concorda comigo. O que aconteceu que era típico de Minas Gerais e que não aconteceu em outros estados, é que a autocensura nos jornais e eu estou falando de jornais, só. A autocensura de jornais

em Belo Horizonte foi pacificada por quê? Os donos de jornais aceitaram colaborar adotando eles a iniciativa de não permitir que a matéria sequer fosse veiculada nos próprios jornais. Então uma vez ou outra, acontecia esse corre, corre que o Lindenbergh lembrou aqui que a gente lembra, o jornal já tinha, a redação era em um andar superior e a oficina era embaixo, no nível da rua Goiás. Algumas vezes aconteceu de a matéria, a proibição da publicação da matéria chegava na redação quando ela já tinha sido confiscada, titulada, revista e já estava prevista na página e já tinha descido para a oficina para virar jornal, né. Então chegava a proibição, essa vedação tinha que ser cumprida imediatamente, qualquer que fosse a ordem. Então acontecia de tirar a matéria lá na oficina. E eu fui secretário de oficina durante um bom tempo. E quando chegava a recomendação, aparecia alguém sempre apavorado, assustado, para, para, para que essa matéria não pode sair. E uma vez aconteceu uma, uma bobagem, uma besteira de prender alguém, qualquer coisa. Em outro lugar, em outro estado, não sei onde. Mas a matéria foi veiculada no Diário da Tarde que circulava às 11 horas da manhã. Então durante a manhã, que a gente trabalhava na oficina das 6 horas da manhã até o jornal ficar pronto. O jornal começou a rodar e estava lá uma matéria que foi vetada e às 10 horas da manhã, 09 e meia, sei lá o horário. Mas não tinha ordem. Tinha um telefonema. Aí no auge da minha inocência eu falei: “Pô, mas não tem um papel, igual aquele telegrama proibindo?” “Não, quem telefonou foi um sargento fulano de tal, lá não sei o quê, do comando”. Eu falei: “Pô, mas tá, vai tirar, vai tirar.” Para tudo, refaz a página. O fulano é a forma da página que depois vai rodar. Então, para, tira, substitui flanca outra matéria no lugar e tal, não sei o quê, conseguiu, foi possível atender a determinação. Mas com a determinação que foi um telefonema de um sargento que telefonou, ligou para alguém na redação que ele conhecia, sei lá o quê, ou para o próprio censor e mandou tirar. E a ordem foi cumprida. Não porque quiséssemos. É porque a direção já estava diuturnamente concordando com essas atitudes censórias que viraram rotina. Muito bem. E nós não tivemos que publicar Camões, nem receitas e tal porque aqui não chegamos a esse ponto. Essa, esse jeito mineiro de ser, facilitou para que a gente não tivesse muito embates. Mas ficou registrado que a imprensa mineira contribuiu com a sua parcela de participação, para que as matérias vetadas, sequer gerassem espaço nos jornais do dia seguinte. É, essa autocensura editorial foi muito marcante porque a direção determinava, o chefe da redação daquele tempo, editor-chefe, né? Secretário operacional, cuidavam para que a determinação fosse respeitada e cumprida. Então quando a matéria chegava para um repórter que atuava em área mais policial, mais política ou fatos assim mais em

cima da hora, os chamados plantões, ela caía na própria redação. Não tinha muito espaço para ela sair. Com isso os conflitos foram menores. Mas temos alguns casos muito interessantes e que mostram como é que o exercício da censura era efetivo, presente em todas as redações. Eu citei o caso dos telegramas e dos comunicados. Mas teve um caso interessante que os cumpridores de ordens, eu chamava todo mundo de revolucionário, saiu para prender gente para todo lugar, mas recebiam ordens que a gente não sabe como é que chegava neles. Mas saía com ordem para buscar fulano, não sei o quê, parará. E lá na redação aconteceu dois casos muito interessante. O Gonçalo Coelho dos Santos era um baiano muito competente, tinha um texto maravilhoso que foi chefe da editoria internacional do Estado de Minas de muitos anos. E muito popular no meio da categoria, muito amigo da classe toda, então respeitado, acabou sendo presidente do Sindicato dos Jornalistas nessa época do movimento militar de 64. Um dia, o nosso pavor era quando parava um jipe na porta do jornal na rua Goiás e desciam quatro, tenente, sargento, soldado, o que fosse, descia um para cada lado, os quatro a gente via de cima: “Ih, chegou o jipe. Subiram os quatro, chegaram na redação, atravessaram com aqueles bat-boot’s, ‘pom’, ‘pom’, ‘pom’”. Entraram na redação. E a redação era cumprida, o Gonçalo esse editor, presidente do Sindicato dos Jornalistas sentava na última mesa lá no fundo que a editoria internacional era separada, um nicho. E tal, chegaram: “O senhor que é o Senhor Gonçalo Coelho dos Santos?”, “Sim senhor.”. “O senhor que é o presidente do Sindicato dos jornalistas?”, “Sim senhor.”. “O senhor está preso, nos acompanhe não sei o quê e tal, parará, parará, parará”. Levaram o Gonçalo Coelho dos Santos, presidente do Sindicato dos Jornalistas preso. Porque uma matéria, uma matéria que deveria ter sido vetada, teria sido publicada em um jornal, em uma edição anterior. Mas não tinha sido. Aí levaram o Gonçalo lá, deixaram ele uma hora lá esperando para passar as informações que ele inseriu, chegou lá um representante do movimento revolucionário do comando geral: “O senhor que é o Gonçalo Coelho dos Santos”. “Sou eu”. (ininteligível). “Aonde o senhor nasceu, parará, parará. O senhor recebeu uma ordem que não podia publicar uma matéria assim, assim, assim.” “Sim senhor”. “E por quê que a matéria foi publicada?”, “Ela não foi publicada.”, “Quem que disse que ela não foi publicada?”, “Eu estou falando que não foi publicada, eu separei lá qual seria a ordem.”. “Mas segundo a informação que nós temos a matéria foi publicada, não sei o quê, na página e tal, da edição”. “Não senhor, não foi publicada a matéria, ficou na minha gaveta, está lá guardada.”, “Então nós vamos lá buscar a matéria para ver se ela foi publicada ou não.” Voltaram, devolveram o Gonçalo à redação, e pronto acabou.

Eles tinham a informação de uma matéria publicada que não tinha sido publicada. O outro caso. Tito Guimarães, grande Tito. De Montes Claros, de Teófilo Otoni, Montes Claros é outro. O Tito Guimarães foi procurado, foi buscado no Estado de Minas porque o jipe queria levá-lo. Aí entraram na redação e chegaram em frente de um colega nosso e falaram assim: “O senhor que é o Senhor Tito”. “Sou eu”. “Então o senhor nos acompanha, está preso”. Chegou a levar para o DOPS na Afonso Pena. Chegaram lá, na hora eles deixaram ele sentado lá esperando um tempão e tal, algumas horas. Aí foram para qualificação e identificação. “O senhor é jornalista?” “Sou”. “Do Estado do Minas?” “Sou”. “Como é que é seu nome?” “Tito Karan Guimarães”. “O senhor não é Tito Guimarães?” “Não. Sou Tito Karan Guimarães.” “O senhor não é do Estado de Minas?” “Sou. Mas eu sou outro Tito”. “Ah, então está bom. Então o senhor está dispensado”. E o Tito Guimarães falou assim: “Bom, agora eu vou voltar a pé?” Ele falou: “Ô fulano, manda o jipe levar o jornalista. Eu dei o sobrenome da pessoa que eles estavam buscando”. E o 3º caso semelhante foi Kênio, Kênio que era assessor, Ênio Amaral. O Ênio Amaral foi da Última Hora muitos anos. Então a Última Hora foi muito visada na hora de prender jornalistas em 64 e eles saíram, o comando saiu procurando o Ênio Amaral. Tinha no Diário de Minas, o editor do jornal, grande figura, inteligente, bom profissional. Que era o Ênio Fonseca, que posteriormente trabalhou na Agência Nacional. Eles procuraram o Ênio Amaral no Estado de Minas, não acharam. Ele realmente era de outro lado do Estado de Minas, com o dois ou três irmãos dele que trabalharam. Não acharam o Ênio Amaral, quem falou assim, mas o Ênio que vocês estão, o Ênio que vocês estão procurando não trabalha aqui não, ele trabalha no Diário de Minas, que era na Praça Raul Soares, não na rua Goiás. Aí só caras desceram, pegaram o jipe, foram lá, buscaram o Ênio Fonseca e levaram ele para depor. O Ênio Fonseca que era um contador de histórias, gostava de fazer umas histórias, umas novelas. Então contando essa história, a gente dobrava de rir, ele contando as mancadas dos quatro militares que foram buscá-lo e foram no Diário de Minas até o não sei, eu não me lembro bem, contando da burrice do chefe deles, de mandar eles irem na rua Goiás, quando o cara era na Praça Raul Soares. E eles contando e tal, achando vitorioso, então está aqui o camarada. E o Ênio ouvindo tudo. Quando ele voltou, não é, eles tinham levado o Ênio errado mas estavam se vangloriando de ter prendido o Ênio certo e pôr a culpa no chefe que não falou com eles quem que era o Ênio. Esse era o comando que queria comandar o Brasil. Bom, uma outra coisa que eu queria lembrar para mostrar a censura, para mostrar também a violência. Essas provas. O José Aparecido de Oliveira, foi jornalista, foi

do Diário de Minas dos bons tempos do jornalismo mineiro e foi diretor do sindicato dos jornalistas nesse tempo. Ele morava, a mãe dele, ele era solteiro nessa época, morava em frente o comando da ID-4 na rua Santa Catarina, para quem não sabe, a ID-4 era na rua Santa Catarina mais ou menos, não sei o quarteirão que era, mas era na rua Santa Catarina. Em frente morava a mãe do José Aparecido de Oliveira. Que era um jornalista conhecidíssimo já naquela época, mas tinha sido secretário particular do presidente Jânio Quadros em 61, de quem ele foi muito amigo e quando Gagarin veio ao Brasil depois de ter ido à lua, o Gagarin trouxe presentes para as pessoas que ele visitou e tal, e foi quando o Jânio Quadros o condecorou com a medalha Cruzeiro do Sul que é a maior comenda brasileira ainda, de homenagem do governo brasileiro a personalidades e homenageados e tal. Então o Gagarin veio ao Brasil e quando ele ganhou a Comenda do Cruzeiro do Sul, ele trouxe alguns brindes russos para dar de presente e deu para o próprio presidente da república e o José Aparecido que era o homem, o braço direito do Jânio, e esse brinde o José Aparecido depois que deixou o governo depois do governo militar, ele veio e voltou a frequentar a casa da mãe que era ali na Santa Catarina. E interessante que o quarteirão onde tinha ID-4 portanto nessa época exatamente ele foi cassado também, né? O quarteirão da ID-4 na casa da mãe dele ficava fechado, não tinha trânsito. Só quem morava que tinha acesso, era fechado. Muito bem. Então o José Aparecido trouxe pra casa da mãe dele esse brinde, essa lembrança que ele ganhou do Gagarin que era o seguinte, aquilo é como se fosse aqui uma bola representando a terra, um arame e aqui a nave espacial e tudo escrito em russo. Aí alguém denunciou que na casa do José Aparecido tinha uma porção de prova de que ele era comunista. Tinha sido cassado. Ele tinha dado a medalha, a maior honraria brasileira ao Gagarin e tinha recebido o Gagarin que era da Rússia. Comunista perfeito. Muito bem. Aí juntaram aqueles jovens que andavam com 38 na cintura, filhos de outros militares ou que aderiram àqueles movimentos, reuniram no Pandiá Calógeras. Eu sou talvez o mais velho presente aqui e então o Pandiá Calógeras foi transformado em 64 de 31 março pra frente, eles fecharam o colégio, a escola e lá se transformou no, se chamava centro de reunião dos jovens apoiadores do movimento revolucionário chamado, que eles auto denominaram. Então todo não, quase todos os filhos de coronéis, majores, generais e tal que estavam sediados e prestando serviço em Belo Horizonte, foram chamados, autorizados a andar armados e se reuniram no Pandiá Calógeras. E lá eles trocavam informação. Ontem eu preendi fulano, ontem não sei o quê. Jovens. Então alguns jovens desses denunciaram que a casa do José Aparecido tinha documentos que provavam que

ele era comunista e um dia, sem que o comando da ID-4 soubesse, ficaram sabendo depois, invadiram a casa do José Aparecido que a mãe dele morava sozinha em um horário que ela não estava, quebraram uma porção de coisas na casa e levaram esse troféu para ID-4 para provar que o José era comunista. Alguns outros colegas e também cobríamos a ID-4, como a gente e esse era um setor que a gente cobria todo dia procurando informação de (ininteligível). Como a gente tinha umas fontes, claro que todo mundo tem. Me contaram que tinha um grupo de jovens, tinham entrado na casa do José Aparecido à noite, umas duas noites anteriores, tinham quebrado a casa, um monte de coisa, não sei o quê, tinham quebrado para entrar e trouxeram como o próprio era polícia, esse negócio que eu vi lá no ID-4, o troféu. Eu então fiz uma matéria no Diário da Tarde contando esbirros invadiram a casa de José Aparecido e roubaram e levaram (ininteligível) e contei o quê que era que tinham levado da casa do José Aparecido. No dia seguinte, eu cheguei no jornal, a gente pegava serviço 14h00min. Cheguei no jornal, fui ajudar, cheguei na direção geral. Fui na direção geral, fui avisado que tinha sido demitido. “Bom, por quê?” “Porque você foi irresponsável, você publicou uma matéria mentirosa, falando que invadiram a casa do José Aparecido, não sei o quê”. Eu falei: “Mas quem que falou que era mentira?” “Ah, telefonaram aqui do comando, não sei o quê e tal e tal”. Eu falei: “Mas eu posso falar com o diretor?” Era o Doutor Geraldo Teixeira da Costa que é pai do Álvaro Teixeira da Costa que hoje é o presidente do Estado do Minas. Que era o diretor geral representando o Assis Chateaubriand. “Ah, ele agora está ocupado e tal”. “Mas não posso falar com ele?” “Pode”. Marcaram. Fui lá. Entrei na sala dele, falei: “Ah, fiquei sabendo que fui demitido, por quê?” Desmentiram a minha matéria e tal. Ele falou: “Mas quem que falou que é mentira?”, “Me falaram que telefonou aqui um fulano de tal, um militar.” Ele falou assim: “Mas, afinal é mentira ou é verdade?” Eu falei: “Claro que é verdade”, “Não, como é que você prova?” “Eu falei assim, eu quero falar com o General Guedes?”. O General Guedes naquele tempo era uma autoridade dentro desse processo todo. Ele era um bom general, com todos os vícios mas era um bom general. Ai foi e falou, que General Guedes? O General Guedes vai falar com você? Eu falei, não, eu ponho ele na linha, o senhor fala com ele agora. E perguntei, e da mesa dele eu liguei. Eu queria falar com o General. (ininteligível) que era o assessor do jornal. Sobrinho do Dom João Regino de Costa que era do serviço do (ininteligível). General, está acontecendo isso, tal, tal e tal, Doutor Geraldo está aqui e quer falar com o senhor que falaram que era mentira. Passei, o Geraldo falou, não, é verdade sim e tal, já mandei tomar providência com esse meninos pra não sei o quê.” Aí o Doutor Geraldo Teixeira da

Costa olhou para mim e falou: “Então volta pra redação e trabalha direito”. Está bom. Então eu não fui demitido porque eu consegui provar que a matéria era verdadeira. Agora se responsáveis inconsequentes lá do chamado Comando, demitiam, nos demitiam, era assim. Bastava um sargento telefonar, a palavra dele era mais do que qualquer um de nós. Porque era do chamado comando. Muito bem. Passados alguns dias, o Presidente Castelo Branco, eu tenho dois casos para contar, eu vou contar rapidinho. Presidente Castelo Branco veio a Belo Horizonte, o presidente da República, militar, porque ele tinha sido casado com uma senhora que era filha do Artur Viana que era um comerciante instalado ali na Santos Dumont, que vendia salitre do Chile. Naquele tempo, salitre do Chile era o complemento, (ininteligível) não é? Mais usado então ser revendedor de salitre do Chile era um comércio importante e ele era de uma família tradicional. Muito bem. Fizeram então um almoço para o Presidente Castelo Branco na casa do Artur Viana que salvo engano era na Barroca, tenho quase certeza. Muito bem. André Cavalcanti? Então era André Cavalcanti. Perto da trincheira por ali. Não tinha trincheira, estou lembrando o lugar. Bom, eu fui designado então pelo Diário da Tarde para ir para fazer a entrevista com o Presidente Castelo Branco que ia receber um almoço de homenagem e convidado aí do Governador (ininteligível). Eu fui. Quando eu cheguei na porta da casa, o sargento lá me pediu o nome, carteira de identidade, tal, tal, tal. Foi lá dentro e voltou e veio um tenente com ele e falou comigo. Você não vai poder entrar não. Por quê? Não pode entrar. Mas eu estou cadastrado, credenciado, já fui lá no ID-4 e tal. Aí ele virou pra mim e falou assim. Esse bilhete aqui é seu? É. Uai, por quê que esse bilhete está na sua mão? Não interessa. Você não vai entrar não. Para sorte minha, eu falo que Deus existe e existe mesmo. O Coronel José Aurélio Rezende Costa vem andando, desceu do carro e ele passa por mim para entrar no almoço. Aí ele vira pra mim, eu era dos repórteres que cobria o ID-4 quase todo dia. O quê que você está fazendo aí? Não, que o tenente ali falou que eu não posso entrar não, porque ele diz que tem um bilhete na mão dele que não me deixa. Mas o quê que é? Foi lá perguntou, olhou. Pode entrar. Eu entrei para o almoço e fiz uma entrevista com o Castelo Branco junto com vários outros colegas jornalistas assim rapidinha, não falou nada de importante, mas o fato de ter falado alguma coisa, já gerou uma matéria lá. O quê que era esse bilhete. Bem lembrado o Doutor Paulo Cabral de Araújo que foi um ótimo diretor para nós na época dele nos diários associados aqui. Tinha um secretário, um analfabeto de apelido Ceará, porque era conterrâneo do Doutor Paulo Cabral que também era cearense. Mas por ser cearense, podia ser ele secretário do diretor do jornal. O apelido dele era Ceará, um pobre coitado.

O Ceará era o informante do SNI da época, um órgão de informação que tinha na época, dentro do jornal. Ele e um outro colega nosso que trabalhava no telex, eles eram informantes. Informantes de usar carteira, usavam carteira de identidade (ininteligível). Nós soubemos isso em um dia desses, um colega nosso foi subir a escada e tropeçou, caiu e todo mundo lá andava de terno e a gente usava as carteiras no bolsinho de fora do paletó. Quanto ele caiu, as carteirinhas correram. No meu pé, no meu pé veio a carteirinha verde que era a carteira que ele usava. (ininteligível). Muito bem, o Ceará foi que fez o bilhete, foi que passou o bilhete que eu tinha explicado no jornal que a matéria era verdadeira, que a fonte era boa e que eu, o General Guedes sabia da história e ele que tinha deixado vaziar aquela informação, que tinha invadido a casa do José Aparecido, não sei o quê. O bilhete que eu deixei para o Doutor Geraldo Teixeira da Costa antes dele me receber. Estou olhando tudo para me defender dizendo que a matéria era verdadeira, tinha fundamento, tinha fonte. Este bilhete foi entregue por esse Ceará ao pessoal lá da informação para me cercar lá na casa, porque certamente eles sabiam que estava acontecendo e que apareceria. Então esse era o trabalho que eles faziam com a gente e que a gente nem sabia que estava sendo feito. Agora, vou entrar em uma parte bem objetiva para lembrar aqui um camarada que não está aqui presente por motivo de saúde, mas adoraria estar aqui e nós todos adoraríamos ouvi-lo que ele tem coisa para contar e é bravo, corajoso, audacioso, chama-se Dídimo Miranda de Paiva. O Dídimo só não está aqui porque a saúde não permite. A cabeça está ótima (ininteligível) deixar muito a desejar mas ele continua bravo demais. No período que ele foi presidente do Sindicato dos jornalistas, e no período que sucedemos e ele continuava sendo o homem do Sindicato dos jornalistas. A cada ato contra imprensa, contra jornalista, contra rádio e televisão, radialista, profissional, cinegrafista, contra qualquer pessoa e principalmente quanto atingia por menos que atingisse o sagrado direito de liberdade de imprensa e da informação. O Dídimo ficava macho e soltava nota em nome do sindicato esculhambando todo mundo. Uma coletânea de notas e talvez virasse um livro se nós tivéssemos o cuidado de guardar as matérias censuradas. Porque muitas matérias censuradas. (ininteligível). Só que um incêndio alguns anos atrás destruiu uma parcela grande do arquivamento do Sindicato dos jornalistas e perdeu muito a sua história, a prova da sua história foi nesse incêndio e lá se foram aquelas notas maravilhosas que o Dídimo escreveu, protestando contra tudo que acontecia com a imprensa brasileira aqui e em qualquer lugar do Brasil. E termino esse relato lembrando primeiro é que o Dídimo foi, o Dídimo criou o chamado novo sindicalismo aqui a partir da

proibição da Vila Euclides lá em São Bernardo em 78 quando o prefeito de lá não conseguia mais emprestar o ginásio e nós passamos a realizar em Belo Horizonte a reunião do comando sindicalista do trabalhador do Brasil inteiro, passou a ser feito aqui na Casa do Jornalista e o Dídimo era o guerreiro da porta da Casa do Jornalista onde só entrava quem ele deixasse entrar e principalmente quem tivesse alguma coisa para dizer. Ele foi escolhido por causa dessa grande liderança que ele representou no movimento sindical brasileiro naquela época, muito representativo até hoje, e a liderança do movimento sindical dos trabalhadores todos o escolheu. A liderança escolheu o Dídimo para ser o orador oficial da festa do 1º de maio que ia acontecer em Contagem e que o Castelo Branco viria. Então o Dídimo preparou o discurso dele sem ninguém participar. Ele ficou dias trancado escrevendo aquilo. Escrevia à máquina com uma velocidade enorme, a facilidade mental e tudo. Quando faltava um ou dois dias para, mais, faltava uma semana para o 1º de maio, ele recebeu a visita do delegado regional do trabalho, o Onésimo Viana de Souza (ininteligível) comando do Governo, dizendo que eles estavam procurando o Dídimo, reservadamente porque o Presidente Castelo Branco queria conhecer o texto do discurso dele para que ele pudesse fazer um discurso de presidente respondendo, esclarecendo, (ininteligível) induz. O Dídimo ouviu assim uns 03 ou 04 minutos, virou e falou assim, jamais, eu morro, mas não entrego esse discurso. Fala para o Presidente. Se ele quiser conhecer meu discurso, vai lá em Contagem que eu vou falar lá. Não teve. O Presidente não veio. A festa aconteceu um minuto, porque foi só o movimento sindical que fez a festa e a festa ia ser transmitida para o Brasil inteiro, colocaram um esquema de divulgação, o Presidente Castelo ia falar para os trabalhadores do Brasil. Aí à noite na televisão, antes não sei se era Jornal Nacional na época, tinha na época, entrou uma nota da Presidência da República saudando os trabalhadores do Brasil, tal, tal, tal. Bom, resultado disso foi que em 78 nós tivemos a infelicidade de sermos acordados de madrugada porque uns irresponsáveis inconsequentes, uns idiotas botaram uma bomba na porta da Casa do Jornalista na Álvares Cabral.

WASHINGTON MELLO: E tentaram jogar uma bomba por cima pelo telhado, achando que ia atingir a casa, e se encheram lá de escrito, “Casa de Comunistas”, “vocês vão morrer”, “abaixo os comunistas”, tudo coisa desse tipo. Mas, historicamente nós também perdoamo sempre. Nós temos muita poucas fotos da casa toda pichada, explodida e tal. E pra sorte nossa, sorte no chamado bom sentido, na esquina de Espírito Santo com Álvares Cabral e aquela rua que sobe ali Bernardo Guimarães, não sei. Guajajaras não.

Timbiras! Timbiras. Naquela esquininha ali, quando o trânsito era menor, tinha um pipoqueiro que tinha um carrinho, daqueles carrinhos de pipoqueiro, parado ali toda noite. O pipoqueiro foi única testemunha dos irresponsáveis que puseram as bombas lá. Nós só soubemos disso no dia seguinte. Aí procuramos o pipoqueiro, nunca mais o achamos e aí ele nunca mais foi vender pipoca naquela esquina depois da noite infeliz das bombas na Casa dos Jornalistas. Isso foi naquela época em que eles estavam pondo fogo em banca de jornal, tentando intimidar jornalista e imprensa, comunicação e tal. Bom, e pra encerrar esse caso, eu vou contar dois casos, é. Assim, pra amainar um pouco que aconteceu no DOPS. Jarbas Juarez Antunes, jornalista de formação, mas um artista maravilhoso, pintor fora de série, foi preso também e levado para o DOPS. E o Jarbas quando criança foi criado em fazenda, no interior. Aí puseram ele para sentar num banquinho que frequentou lá, tinha um banco de pau, banco de madeira assim no corredor, no andar, primeiro andar do DOPS. Eles pediam todo mundo para ficar sentado ali esperando. E sempre ficava ali horas esperando, até que alguém perguntasse “o quê que cê tá fazendo aqui?” “Não, tô esperando.” “Ah! tá.” Você ficava mais putô. O Jarbas Juarez preso, num sabia porquê, ninguém falou com ele porquê, mandaram ele senta lá no cadeira, no banco de pau e ele ficou lá sentado. Aí num determinado momento, cansado de esperar, pôs as duas mãos assim, abaixou a cabeça. De repente, chega um camarada com uma caixa de papelão e finge que a caixa abre, quando ele chega perto do Jarbas, ele “Ow!” Caiu uma cobra desse tamanho no meio das pernas do Jarbas. O Jarbas nem piscou, segundo o Jarbas. Acostumado a pegar a cobra com a mão na fazenda, bobagem. O cara jogou a cobra no meio das pernas do Jarbas e falou “Estranho, você não reagiu.” Ele falou, “ah, cara, eu tô acostumado a pegar cobra na roça é com a mão.” Ele foi e pegou e falou: “ah, porque se você fosse culpado, você tinha dado um pulo”. Bom, o outro também tá aí vivo pra conta, o nosso grande companheiro Luiz Dulce, foi preso no DOPS e ficou lá naquele xadrez, no andar de baixo, descendo a escada. E Dídimo e eu fomos lá pra tentar libertar algum jornalista que tinha sido preso no dia anterior e o Dídimo, como fez com vários outros companheiros, ele costumava libertar jornalistas justificando que era gente, que era profissional e tal, e tinha fiador. Ele assinava o documento se responsabilizando pelo comportamento do colega que ia sair da prisão, se comprometia a voltar pra depor e tal, pelo menos aconteceu com alguns colegas, felizmente, fruto do prestígio pessoal. É. Então nós fomos visitar pra libertar um colega, que eu agora não me lembro de cabeça quem era, e o Luiz Dulce estava lá, foi preso lá na cela. Aí perguntamos o que tinha acontecido, não sei o quê e tal, ele então conta que ele, que ele estava com uma otite

grave, já de dias. Quem já teve otite sabe o quê que é a dor de otite. Sem tratamento, né? Otite, labirintite, encontramos seu ouvido infeccionado e a dor podia estourar a cabeça. Aí ele revelou que tava com otite, precisava de um atendimento médico e tal, não tinha. Nós então, Dídimo e eu, falamos pra ele que ia tentar uma solução pelo menos para ele ser medicado. Aí me lembro que nós tínhamos uma relação boa com um médico. Não lembro agora. Que era médico da Polícia Civil, mas médico do Detran, mas era da Polícia Civil. Morava na Santo Agostinho, perto de uma daquelas delegacia, eu tô. Talvez eu lembro o nome depois. Muito bem. Aí fomos procurá-lo e contamos pra ele o caso pra ver se ele poderia pelo menos ir lá arranjar um otorrino ou indicar um antibiótico, qualquer coisa, pra passa a dor. Como que cê deixa um cara? Aí nós conversamos com algum daqueles delegados lá, que estava de plantão, ele falou: “ah não, eu não posso tirar ele daqui não, porque ele tem que responder não sei o quê, tem que fazer uma porção de coisa”. Por isso fomos atrás do doutor. Eu esqueci o nome do. Ele foi lá, conseguiu que o Luiz fosse atendido e, naquele momento, não tinha nada que justificasse a prisão. É aquele tipo assim, “Prende 5.” “Ah! tem um sexto.” “Ah! Esse daí leva também”. Então eu tô contando esses caso é porque nós tivemos vários companheiros que também foram presos assim. Alguém dava um nome, buscava, levava e prendia. Se ele descobrir 2, 3 dias depois, o quê que fez. Não, era jornalista, porque falaram que não sei o quê, que negócio da célula, testemunha de fala em célula, que era da célula e sei lá. Bom, eu encerro dizendo para vocês o seguinte: o estrago da censura nos meios, nos veículos de comunicação aqui em Minas Gerais foi grande, porque ajudou a desinformar o leitorado mineiro e quem comprava jornal achando que tava recebendo a informação, todas as informações. Mas o fundamental do efeito na visão dos milicos, do efeito positivo da censura na imprensa mineira foi a complacência e o apoio dos donos de jornais. Se não fosse a natural participação deles de aceitar algo, censura proposta pelos comandos militares, nós teríamos algumas brigas boas aqui. Mas como Minas não costuma brigar muito pela suas coisas, isso é mais um relato que diz que mineiro trabalha em silêncio, né? Foi isso mesmo que o Magalhães falou. Trabalha em silêncio, mas as brigas boas a gente tem dispensado muitas. Um abraço grande para vocês, obrigado e falo igual o Lindebergh. Espero que tenhamos aprendido com o (ininteligível) e essa comissão é a melhor prova de que que luta nunca (ininteligível). Obrigado a vocês.

MARIA CERES: Desculpa se a gente está num horário meio apertado também, né?!

NILMÁRIO MIRANDA: (ininteligível) vou sair aqui umas 15 pras 5. Mas é bom. Num é, gente? Ficar ouvindo. Se pudesse ficar o tempo todo. Então, veja bem, eu participei do (ininteligível). Ele começou, pra (ininteligível) a busca de (ininteligível) 76, fez 40 anos (ininteligível). O jornal foi ali na Cidade Industrial, nome genérico, né? A redação era no Barreiro, perto de onde hoje é o viaduto, e só tinha voluntários. Não tinha ninguém contratado, só voluntário mesmo. Analistas que trabalhavam no Diário do Comércio, Estado de Minas, outros lugares, e que trabalhavam com um trabalho político, um desafio de produção de jornal na periferia pra quem não lia jornais. Praticamente não tinha bancas, e jornais mais vendido era segunda-feira, o Diário da Tarde por causa do futebol e do crime. Os crimes também eram uma parte que acontece no fim de semana. E o povo não tinha o hábito de leitura. E nós queríamos fazer um jornal para esse povo. Um jornal político, mas não político como eram o Opinião, o Metro, o Tempo. Jornais. Um jornal para aquele público específico. E foi muito interessante, uma experiência muito boa. E era difícil de vigiar. Primeiro que já era em 76, a fase não tão aguda, né? Posterior ao AI-5, 360 foi até 74, 75. Nunca deixou de haver a impressão, mas. Uma redução desse controle sobre a mídia tradicional, não sobre os jornais que tinham posição, o movimento sempre foi muito censurado, O Tempo também, Opinião também, vários outros jornais, vários, esse título, existia jornais mesmo. O nosso não tinha como censurar, porque ele não tratava de temas de esfera políticos, tratava do. Da vida do povo. Dos bairros pólipos, a falta de serviços de saúde, educação, iluminação pública, transporte, enchentes, asfalto, a vida do povo. O esporte era da várzea, o esporte que o povo praticava. Tinha pouquíssimo perto do policial. Isso aí o Diário da Tarde fazia isso e aí o rádio fazia isso também, muito. Então nós tínhamos vigilância. Vigilância, sabíamos que estávamos sendo vigiados. Casa nos seguia, são pessoas que vigiavam, de vez em quando entrava na casa de uma das pessoa e não roubava nada, só mexia nos papéis. Imagina, dar recados. Mas especialmente teve um fato no dia 01 de maio de 1979. O fato mais marcante com relação à ditadura. Havia uma missa, desde 77, missa do 1º de maio, 77, 78 e 79, a 3ª missa. Lotava os pátios das pastorais operárias, juventude etc. Pastorais que ficavam pedindo libertação, oração pelos pobres e as comunidades eclesiais de base, os bairros vindo em caravanas para participar da missa. E depois da missa tinha uma passeata curta até a Praça do Trabalhador, uns 500 metros mais ou menos. E lá tinha um ato chamado pelos sindicatos ou por oposições sindicais. Esse ato não era permitido. Não era um pedido de licença. Para isso um ato mesmo já de enfrentamento, de confronto. Era o que todos falavam e tal. Aí o Virgílio Guimarães, que

era do Dieese, dirigente sindical que tem associado ao sindicato e era ele próprio, o presidente do sindicato dos economistas. Muito relacionado todo a esse mundo sindical que pode surgir, uma atitude do sindicalismo, o sindicalismo autêntico, né? Ele chegou com a notícia que o, é Sérgio Fleury tinha morrido. Delegado Fleury era um símbolo da ditadura, homem corrupto, qualquer (ininteligível), supostamente um acidente, né? Que ele deu uma forma de subir num quarto, o quarto teria deslocado, bateu a cabeça e morreu. E pra. Todos os exames foram feitos pelos próprios policiais, a gente nunca vai saber a verdade do que realmente aconteceu ali. Mas o fato é que, a gente nunca fica alegre quando alguém morre, mas ali eu confesso que houve uma certa alegria com a notícia da morte do Fleury. Enquanto nós vamos para o Jornal dos Pais, que era no Barreiro, ali perto. Não tinha nada. Só tinha coisa velha. Não era profissional, era um jornal comercial. Então tudo era só tralha velha, as cadeiras, as máquinas, as mesas, tudo, filtro, tudo 3ª mão, dá nada. Roubaram tudo, durante a noite, no dia 30 de abril para o 1 de maio. Do mesmo modo, aconteceu de o Getec, que era uma fundação também, uma ONG, na mesma rua, atrás do viaduto, era o Felipe Aranha que era ex-padre, cadeirante, teve uma (ininteligível) cadeirante, (ininteligível) Santiago. E montou. Morreu lá no Araguaia. (ininteligível) no Araguaia. Ele era também (ininteligível) porque eles roubaram tudo no Getec. E tinha outro no Barreiro que chamava Centro do Instituto do Trabalho, era um grupo também que fazia publicações pro poder sindical, mas se especializou em quadrinhos, história em quadrinhos. Interessante também, mas fazia pesquisas, (ininteligível) roubaram tudo. E na vida em São Paulo (ininteligível), traz o Pastifício Vilma (ininteligível), hoje é aliás uma ótima massa. Eu também sempre pela (ininteligível) apenas 4 organizações que lidavam na periferia da Cidade Industrial, eles roubaram tudo. Sabe um caminhão, pelo menos nos contaram, encostou e desceram as pessoas para atirar em tudo, durante a noite. (ininteligível) descobrimos depois que era agência da P2, uma Polícia Secreta da Policial Militar, é PM-02. Acho que P2, era esse pessoal. Na impossibilidade de censurar, não tinha o que censurar. Censurar o quê? O cotidiano dos trabalhadores que (ininteligível), é uma (ininteligível) isso. As outras organizações também. Nenhuma delas ile. Todas eram legalizadas, não fazia absolutamente nada de ilegal, ter que pedir permissão de nada pra ninguém, e afora a vigilância, maneira de atingir foi essa. Foi de causar um dano forte. Mas também. Puxa, quase tô fazendo um comunicado de que tinha acontecido isso. Nós recebemos tudo de volta das pessoas e a melhor qualidade, foi muito bom. Cadeiras, sofás, máquinas melhores que as que nós tínhamos. Então foi na semana seguinte fizemos um jornal

quinzenal, fizemos um jornal explicando o quê que tinha acontecido. Fizemos uma festa no Clube Comercial do Barreiro, entupiu de gente as festas, eram super. Muito concorridas para poder arrecadar fundos para, né?! Poder bancar a continuidade do que perdeu e etc. Então foi isso. Um fato, eu acho que relevante para mostrar, porque ante a impossibilidade da censura, não havia o que censurar, aí foram lá causar um dano nessas instituições, organizações, Ong's, entidades que realizavam com pouco. E eles não sabiam como lidar com isso, porque os jornais O Tempo e (ininteligível) eram jornais políticos, trabalhavam pro núcleo da política, a repressão. Na ditadura a repressão é uma marca essencial da política. Está sempre presente, a repressão é que faz com que a política perca o. Serviço é um bem comum. Sendo só permitido por quem detém o poder, mas. Enfim. Mas eu queria também deixar um recado que. O DOPS foi durante décadas o símbolo da repressão no Brasil, mesmo durante o período onde abertamente ditatorial. É como o Eduardo Gemelli chamava de democraduras ou ditabrancas, né? Teve em 46, teve uma constituição democrática, mas em 48 partido comunista foi proibido, colocaram na ilegalidade. Uma difícil. (ininteligível) PC do B, e aí, não, o PC do B é um partido vinculado a uma entidade internacional, a (ininteligível), é óbvio. Não pode, foi cassado pelo STF. (ininteligível) coisa do STF, essa coisa é antiga. Era a Suprema Corte do país cassou. Por isso aí, por esse único motivo. Tinha o senador mais votado da história do Brasil, Luiz Carlos Prestes. Àquela época, senador podia ser eleito em vários estados. Teve votos em 07 estados, mais de 200.000 votos. Corresponderia hoje a 20 milhões, 30 milhões de votos. Eram mais. Se atualizasse, se fizesse essa proporção. E tinha 16 deputados federais constituintes. Constituição de 46, ela ia sair da clandestinidade. É comum. (ininteligível) um monte de (ininteligível). Hein? Jorge Amado. Estava arrumando a fundação do PC do B, João Amazonas, Pedro (ininteligível), esse povo foi constituinte. Aí era um partido importante e que apesar de ter saído da clandestinidade, porque realmente Prestes ficou 9 anos preso, saiu da prisão quando foi eleito. Senador mais votado na história do Brasil, né?! E então o partido. Por isso que ele fala que é uma democracia relativa. Existia o DOPS. Esse DOPS na Afonso Pena foi construído em 48, e a função dele, Delegacia de Ordem Política e Social. E um século antes, ele chamou DVS, Delegacia de Vigilância Social, depois passou a se chamar DOPS. Ou seja, como que uma democracia precisa de uma delegacia pra. De ordem política, ou seja, pra fazer a repressão da dissidência política e social. Para criminalizar o conflito social. Então até 64, aquele DOPS entrava, liderança de. Das favelas, ou das ocupações das terras do Doutor Luciano. Ou dos sindicatos que confrontavam com o poder de plantão, não é

isso? Com os rebeldes de qualquer natureza. Entravam sempre ali. E a partir de 64 tornou-se o lugar da repressão, todo mundo tinha que passar por lá, isso aqui passar. Mesmo se fosse preso por um ou por outro, pelo exército que era, que era. Aqui tinha um (ininteligível) então tinha (ininteligível) não sei se (ininteligível) aeronáutica. Então mesmo para legalizar a prisão tinha que ser no DOPS. O pessoal tinha que ser levado para lá pra fazer um cartório, dar início aos processos previsto na segurança nacional. Era obrigatório levar no DOPS. Nenhum processo se iniciava sem passar pelo DOPS e o DOPS também fazia repressão direta. A pessoa ficando presa pelo DOPS que levasse para lá, e chegavam a ficar muito tempo (ininteligível) quase um ano e, enfim. Então esse DOPS depois da Constituição Federal foi extinto. Não podia mais ter DOPS. Mas ele continua existindo durante algum um tempo. Ainda fez prisões de ordem social. Gente, ordem social não existia mais, preso político, mas tinha preso do conflito, pelo sindicalismo, na luta pela terra, as lutas dos de baixo, que fazem, não é? Como é? Pois é, aí. atualmente ele estava na parte de baixo, ali tem as celas, era um CERESP, é Centro de Recolhimento Provisório de Mulheres. Muito degradante, muito indigno, você anda ali, são poucas celas, quem passou por lá, não quis passar por lá. Chegou a ter 150 mulheres presas. O lugar para tomar sol é simplesmente pequeno. Agora foram todas saíram de lá e ainda tem uma. A delegacia de combate às drogas, enfrentamento às drogas. Na parte de cima no primeiro andar, no segundo, terceiro, 01, 02, 03. Lá tem 100 investigadores, 10 delegados, mas vão sair de lá também. E lá vai ser transformado em um memorial de direitos humanos. Né?! Então isso aqui faz parte da pauta da reunião que a gente fez para começar a definir como é que vai ser isso. Nossa previsão é que esse ano comece a funcionar o memorial dos direitos humanos lá. E recompor as celas tais como eram para que estudantes da rede municipal, estadual, de qualquer lugar possam fazer visitas periódicas para conhecer como funcionava a repressão. Tudo isso que está sendo contado aqui, aqui uma pequena parte, um tiquinho, mas a (ininteligível) muitos mais casos. É o tipo de repressão que também é muito dolorida, por sinal, não é? E assassinatos, morte de pessoas. Então são coisas. Ali vai ser um centro de memória. Uma parte, parte dos arquivos, os arquivos referentes a isso irão para lá digitalizados, qualquer um vai ter acesso e muito focado na cultura. Na lembrança através da cultura. Durante o período da ditadura teve 1.500 músicas censuradas, 470 peças de teatro censuradas, mas tudo isso pode ser colocado à disposição da geração presente e futuras, né?! Para também, sobretudo, com esse intuito de mostra que é incompatível na democracia ter uma delegacia de ordem político social. Você não pode coibir a

dissidência política e muito menos conflitos. Então o conflito. Onde há repressão em conflito, independente de uma sociedade classes, uma sociedade desigual, como é que você pune? Como que você criminaliza? É para simbolizar um período que não pode ter, porque houve (ininteligível) inclusive (ininteligível) 46 até 64, mas sobretudo no período ditatorial, inclusive durante o processo da constituinte, até a conclusão da Constituição que, passados alguns anos, em 89 que ele foi extinto como Delegacia de Ordem Política e Social. Mesmo assim, estava presentes, foi difícilimo recuperar os arquivos do DOPS. Durante muito tempo disseram que o arquivo não existia, que tinha sido destruído. Então são muitos anos depois se recuperou uns 90 rolos, né?! Arquivos. E agora receberam mais 500 rolos que ainda não está à disposição ainda, não foram trabalhados ainda, vão ser. Então, quer dizer, também. A Comissão da Verdade está fazendo esse trabalho para divulgar esse ano o seu relatório, não é? Que apurou nos eixos do que foi dito. (ininteligível) mas aí teremos um lugar em Minas Gerais simbólico, foi só em Belo Horizonte, aqui falou-se no Pandiá Calógeras, não é? Que serviu para reunir milicianos, isso aconteceu. Repressão teve por todo canto. A comissão da verdade vai revelar tudo isso, tudo isso, pode saber (ininteligível) que chegou ao seu conhecimento, ela buscou a verdade. Mas de qualquer maneira, acho que o DOPS tem que virar um monumento do que não pode mais acontecer. Se nós somos democratas radicais, nós não podemos admitir nem (ininteligível) social e muito menos da dissidência política e da liberdade, pela organização, prestação, expressão de outras liberdades, enfim, o que sintetiza a ideia de democracia então. Também nós vamos, oportunamente, fazer atividades aqui e todos aqui poderão, vão saber, preparatórios. O fato é que até o fim do ano nós temos o DOPS com outra função.

ROBSON SÁVIO: O trabalho, pedindo desculpa à coordenadora e aos nossos convidados e vou convidar o Jurandir Pessechini, que é o nosso coordenador-adjunto e também é jornalista para compor a mesa aqui no nosso lugar, na companhia da Professora Ceres.

MARIA CERES: Bom, gente, agora eu vou passar a palavra para a Jornalista **VILMA FAZITO**, para que ela possa relatar pra nós a suas experiências e as convivências nesse período.

VILMA FAZITO: Boa tarde a todos, boa tarde aqui aos presentes na mesa, e um grande abraço a uma pessoa que não está aqui, que é o Dídimo de Paiva, grande jornalista, e que foi um importante sindicalista na nossa área, e que foi a pessoa que me indicou para o Sindicato dos Jornalistas, e para a Casa dos Jornalistas, onde eu habitei durante

alguns, alguns anos. Então eu. O meu depoimento, ele vai se basear basicamente na minha estada na TV Globo, eu tive em alguns outros jornais, estive inclusive em jornais locais como o Jornal Movimento, é. Onde eu também prestei alguns trabalhos e tivemos algumas experiências bastante ruins mesmo, que diz respeito à questão da censura e da retenção (ininteligível), principalmente ocorrida naquele período. Bom, eu resolvi escrever o meu depoimento para não correr nenhum risco, e riscos de equívocos, ou até mesmo de ficar emocionada, ou de não me lembrar de todos os detalhes, de todas as informações, de todos os casos. Então vamos lá, gente. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui, na Comissão da Verdade, para falar um pouquinho da minha história na TV Globo, para todos vocês que tiveram um papel importante na luta pela democratização do nosso país. Aproveito o momento para fazer uma homenagem às centenas de pessoas que foram mortas, torturadas, reguladas como se fossem do regime militar, responsáveis pelo atraso em 20 anos no crescimento do Brasil. Não sei se eu seria a pessoa ideal para falar sobre e censura em televisão, acredito terem pessoas mais graduadas para explanação sobre o assunto, mas vamos tentar, se a memória me permitir. Inicialmente eu gostaria de dizer que a minha experiência na TV Globo foi de quase 10 anos. Comecei em Fevereiro de 1977, e saí em meados de 1986, a maior parte do tempo como repórter, embora eu tenha ficado alguns meses na chefia de reportagem. Todo esse período eu acumulei com diretorias do sindicato e casa dos Jornalistas. Cheguei a ser durante um tempo, o que passou a se chamar na época, Repórter Nacional, no entanto, as chefias perceberam que o meu perfil não era muito global, e me dispensaram dessa função. Realmente, não dava para ser conivente com as ações de uma emissora que andava de mãos dadas com a ditadura, logo, é claro, eu necessitava de um emprego, né, gente? Roberto Marinho, em 1984, quando iniciava o processo de redemocratização, escreveu um editorial no Globo, cujo o primeiro parágrafo na íntegra foi o seguinte: “Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social, e corrupção generalizada. Quando a nova redação foi invadida com tropas antirrevolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição, prosseguimos apoiando o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos, até o atual processo de abertura. Recentemente, por meio de William Bonner, a Globo pediu desculpas à nação, como se isso resolvesse os anos de aflição que a emissora ajudou a encobrir. Bom, voltando à minha participação na TV Globo, foram tempos difíceis. Quando entrei na emissora, os ditos censores da Polícia

Federal já não mais estavam na redação, lendo textos, escutando entrevistas, e cortando o que bem entendia. Quando não exigiu que aquele assunto não deveria ser tratado. Segundo os meus colegas de redação, os sensores não tinham noção do que estavam fazendo, e trechos de reportagens que eram cortadas, simplesmente porque o sujeito não entendia o que ele lia. Isso é verdade, viu gente. Verdade mesmo. Com a saída dos sensores, os colegas jornalistas passaram a conviver com a autocensura, que já foi dita aqui pelos colegas, talvez pior que a própria censura. As ordens de não divulgar essa ou aquela matéria tem um destino, no Rio de Janeiro, onde Alice Maria e Armando Nogueira davam as ordens expedidas pelo velho Roberto. Nos idos anos 1970, não podíamos utilizar as palavras greve, deveria ser substituída por paralisação. Anistia? Nem pensar, mas a gente podia usar o termo perdão. Vê se pode, gente? Ditadura? Nem pensar. E aí a gente ia driblando a nossa autocensura e a censura do regime, via emissora, procurando usar a criatividade, mas nem sempre dava certo. Tínhamos um programa de entrevistas que se chamava Painel, onde tratávamos de pautas sobre diversos assuntos de cultura à política. Era uma produção local muito interessante, ordenada e idealizada pelo saudoso Valfrido Degramon, nosso Editor Geral. Naquela época, a sucursal de Minas ainda tinha uma certa autonomia, hoje é completamente dependente da Globo carioca. Certa feita, chamamos para gravar o programa o nosso colega Dídimo de Paiva, então Presidente do Sindicato dos Jornalistas. E ele falava sobre a situação política, o movimento sindical, e outros assuntos que apesar da vigência do AI-5, fervilhavam nas rodas de conversa. O Editor do programa era Vil Falcão, gravamos a entrevista e o Dídimo falou à vontade sobre tudo, inclusive utilizando termos como greve, anistia, ditadura e etc. Resultado? Fomos chamados à Polícia Federal, que seríamos enquadrados, caso o Valfrido não se responsabilizasse por tudo. Ele nos livrou do pior, mas foi decretado para São Paulo com cargos e salários mais baixos, morreu do coração pouco tempo depois, eu acho que foi até de desgosto, gente. Bom, uma outra ação da censura, que ficou marcada na memória, foi a cobertura feita pela minha equipe sobre a história de um operário que, suspeito do furto de um rádio de pilha, foi torturado com tanto furor pelos policiais civis de Belo Horizonte que ficou paralisado. O rapaz chamava-se Jorge Defensor, e o fato ficou conhecido nacionalmente como Caso do Defensor. Isso foi em 1977, e rendeu à uma equipe do jornal do Estado de Minas o prêmio Esso regional de jornalismo. Vivíamos com raiva da previdência, e Aureliano Chaves era o Governador de Minas. O ocorrido emblemático na história do nosso jornalismo, naquela época. (ininteligível) tradicionais, conseguiram denunciar as torturas nos cárceres brasileiros,

que não eram arrancadas só em presos políticos, mas também nos comuns. Chegada a Polícia Metropolitana de Belo Horizonte. (ininteligível) tratamento, policial com fama de poderoso e torturador. Embora a TV Globo tenha sido a primeira emissora a receber a denúncia sobre a presença de Defensor no Hospital São Francisco, onde ele estava internado, as chefias só resolveram fazer a matéria quando o Estado de Minas publicou quanto à repercussão. Então, lá vamos nós fazer a cobertura. Ao chegar, portas fechadas. Pulamos janelas, entramos na enfermaria, e fizemos uma entrevista emocionante. Matéria humana, e mais do que isso, de denúncia. Mesmo assim, a Globo só publicou nos jornais locais, o Rio não se interessou. No dia seguinte era manchete nos maiores jornais do país, com a visita de Aureliano Chaves ao Defensor. Depois disso tudo, a Globo, na rabeira dos outros, se redimiou, e aí sim passou a fazer a cobertura nacional. E o (ininteligível), como ficou nessa história? Horrorizada com o telefonema que julguei ser de gente da Metropól, ameaçando a mim e à minha família, mas, felizmente, não deu em nada. E até gente da Metropól mesmo, porque o nosso amigo de tratamento já me conhecia em função de uma matéria que eu havia publicado no Jornal Movimento, denunciando a tortura que teriam feito aqui em Belo Horizonte. Um outro caso interessante foi a cobertura da greve das garis. Não me lembro bem o ano, mas os movimentos sociais e reivindicatórios começaram a pipocar, elas saíram em passeata pela Avenida Afonso Pena, até à frente do DOPS, vejam só para onde essas meninas foram. Não sei o que queriam lá, movimentos espontâneo e sem autorização. Foram recepcionadas com bombas de gás lacrimogênio e cassetete. Correria geral, e sobrou até para mim. A Globo deu uma nota coberta pequena, menosprezando completamente o movimento das moças e, sobretudo, deixando de mostrar a violência da polícia. Por essas e outras, com a emissora deixando de cobrir os acontecimentos com exatidão, nossas elites eram execradas pelos movimentos populares. Certa vez, estando em uma reportagem sobre uma das greves de professores, fazia uma passagem, que é quando a gente aparece, dando uma informação, eu fui impedida e ameaçada, praticamente expulsa do local. O mesmo ocorreu com o movimento dos operários da construção civil, na antiga sede do Atlético de Lourdes. Tivemos que trabalhar bem escondidos, nosso carro foi também abordado na época. Essa postura da emissora demonstrava não somente o aspecto comercial, pois as verbas publicitárias do Governo eram consideráveis, mas em especial a questão ideológica. Nossos veículos de imprensa, mesmo nos anos negros da ditadura, sempre nos defendeu das posições do poder, e a Globo não se apegava à regra, é claro que tinham algumas exceções, como o Estadão

aqui foi dito hoje, né? Mas a pior das lembranças, da passagem pela mais poderosa emissora do país, deu-se na época das Diretas Já, no início dos anos de 1980, quando já tínhamos já, né? Um período de censura bem menor. Mesmo com o processo de redemocratização em curso, a emissora se negava a admitir a legitimidade do movimento. Mandava repórter cobrir, mas não colocava no ar e quando o fazia, era uma pequena nota coberta. Custou a admitir que os textos começavam a mudar e que ninguém mais segurava a força do povo, o povo que queria a volta do irmão do Henfil e muito mais.

MARIA CERES: Vilma, muito obrigada. Eu vou passar agora para a Jornalista **MIRIAN CHRYSTUS**.

MIRIAN CHRYSTUS: Bom, gente, eu espero que o relato seja breve, tão breve também quanto à minha pequena importância nesse cenário, eu fui apenas uma repórter, uma jovem repórter feminista, que participou do seu tempo, e que não sofreu consequências muito duras, em uma época muito difícil, muita crueldade, muita violência, eu não, eu não sofri essas violências. Mas eu gostaria apenas de lembrar alguma coisa que, eu acho que o poeta chama, Rimbaud, acho que eles chamam de ar do tempo. O ar do tempo é uma coisa muito confusa, ela inclui os sentimento que as pessoas têm, o aparato policial, as relações sociais, então é uma coisa que talvez a gente não possa mensurar, né? Como aquele diz, trabalho aqui documentos, com depoimentos, mas como que eram aqueles tempos? A gente brincou muito aqui, bom que a gente faça isso, também, a gente tem que desonerar um pouco da vida, mas a gente não pode também deixar esquecer que eram tempos onde havia muito medo, as pessoas sofriam muito medo de fazer as coisas mais banais, principalmente no caso dos jornalistas. Então eu considero que aqueles tempos, 70 e pouco, 80, 80 e pouco, enfim, eram tempos, que eu gosto de chamar um pouco de heroicos, porque nós que estávamos envolvidos, ligados às imprensas, como por exemplo, qualquer jornal, a televisão, a própria Vilma relatou a experiência dela, mas depois ela fala diretamente da empresa alternativa, a gente sentia muito medo. A gente ouvia falar de pessoas que desapareciam, de pessoas que eram torturadas, e a gente se perguntava se aquilo poderia acontecer com a gente, se a gente ia ter força pra enfrentar aquilo tudo. E ao mesmo tempo, à medida que a gente ia se informando, que a gente ia lendo, que a gente ia aprendendo, era como se fosse uma lógica inexorável que empurrasse a gente, justamente para o lugar onde a gente tinha mais medo. Então como feminista, por exemplo, eu me lembro, uma reunião na casa da Bete Carvalho, lá no Pontes, onde a gente discutia feminismo, as razões, porque as mulheres estavam em

uma situação de tanta subalternidade, numa situação de tão bem inferioridade, e a nosso ver, naquele momento, tudo conduzia a uma espécie de exploração capitalista que se dava, quer dizer, não que a gente achasse que na sociedade socialista o problema da mulher estaria resolvido. De maneira nenhuma. Era a nossa diferença, inclusive com a esquerda, a gente não comprava essa ideia que, uma vez a sociedade socialista, o problema da mulher seria resolvido. A gente olhava pra a Rússia, que naquele tempo não existia a Rússia, e vi que lá as coisas não tinham se resolvido. Mas aqui no Brasil a superexploração, que a gente chamava de mais valia, a superexploração da mão de obra feminina, como é que ela entrava como alimentadora ali da força de trabalho, como é que ela era retaguarda de uma situação de exploração maior. Tudo aquilo que a gente ia descobrindo, ia nos dando um medo, um pavor, porque se pensava, então o que é isso, as coisas são assim, eu tenho que escrever sobre isso, mas isso pode me trazer grandes problemas. E o problema maior era sempre o medo de ser preso, de ser torturado. A gente discutia, e se a gente for preso, será que a gente vai ter força para enfrentar uma repressão? Eu me lembro, uma amiga, a Júlia Monteiro, feminista, já falecida, um tempo atrás, há pouco tempo, ela me falou uma coisa que não me consolou em nada, ela falou assim, “não, mas à medida que a gente for participando das coisas, a gente vai ganhando mais força no processo, entendeu?” E eu olhei aquilo e pensei “não sei não, né? Assim, difícil, sabe se é muito bom a gente discutir na mesa dum bar, a gente beber, a gente conversar”. À época também, a gente, Foucault, ele não gostava muito desse tempo a época, a época medieval, a época. Porque parece que é tudo muito organizadinho, tudo muito parecido, tudo muito igual, muito harmônico. Não é, é tudo muito confuso, muito confuso. Então na década de 70, 80, ela tinha essas barbaridades todas, tinha censura, ou tinha tal censura, tinha medo, tinha tortura, e tinha muita festa, sexo, muita droga, também era graças a Deus era ótimo, entendeu? A gente se divertia muito. Então assim, se divertia loucamente, então ainda bem, não é? Então a gente tem que pensar um pouco nesse todo mesmo, depois (ininteligível), mas só para (ininteligível), assim, o livro, como é que as coisas vão ser encadeadas, as entrevistas, mas já deu para perceber aqui o que as pessoas se falam, porque tem coisas muito engraçadas, tem outras esquisitas, e tem outras trágicas. Então assim, só para dar um exemplo também, assim, eu trabalhei em 74, 75, se eu não me engano, talvez até 76, no Jornal de Minas, que era uma geração maravilhosa. Tínhamos uma relação maravilhosa de profissionais, que não eram os grandes profissionais que se tornaram depois, mas já eram pessoas jovens e muito talentosas, e muito engajadas, até porque, nessa época, a gente acreditava na ideia que

a gente podia meio que se infiltrar nas redações, e passar subliminarmente alguma mensagem. Então haviam coisas assim, quando, por exemplo, vestibular da UFMG, saía o resultado do vestibular da UFMG, a gente tinha o Tatá, a manchete que o Tatá deu, assim “sai o resultado do vestibular da UFMG, 20 mil ficam de fora”. A gente tentava de toda maneira enfiar as informações que a gente achava que o povo devia saber, né? Óbvio que a gente era contra aquele sistema de seleção, vestibular, e outras coisas mais, né? Mas então ali o Jornal de Minas, coordenado pela Sônia, pessoa maravilhosa, era de uma paciência muito grande assim. Ronaldo, comigo paciência imensa, porque eu, assim, chovia, eu achava que eu não podia ir trabalhar. Não, tá chovendo, por quê que eu vou ir trabalhar? Não vou. Isso havia uma matéria, e não conseguia ver a matéria, eu voltava para a redação, aí a Sônia sentava comigo e falava “Miriam, não é assim que funciona uma redação. A gente está esperando a sua reportagem, então você tem que vir cá e falar que a reportagem não ficou pronta”, olha a paciência, né? Que a Sônia tinha. Enfim. Então tinha aquela liberdade, havia muita criatividade, uma campanha muito bacana, que o Jornal de Minas fazia, que era contra o fim das montanhas de Minas Gerais, pela MBR, que foi uma campanha. É. Exatamente, acho que era principalmente conduzida, e uma situação, aquilo que eu tô falando com vocês, uma redação com muita liberdade, pessoas muito inteligentes, e quem que era o dono do jornal? O Afonso Paulino, vulgo Minhoca, Minhoca, conhecido como pessoa, vamos dizer, íntima do círculo de repressão, a visão minha. Então o Afonso Paulino ficava na sala dele, ele tinha empregados, ele tinha empregados que ele tirava de Neves, pessoas, às vezes, condenadas há 20, 30 anos, ele se responsabilizava. O Zeca Diabo era um deles, né? Os capangas, vamos dizer assim. Na porta da sala dele ficavam dois ou três cães grandes, conseguia fazer uma (ininteligível) salarial, você tinha que passar mais ou menos por esse ambiente assim, né? Então, tudo muito bom, muito bom, muito alegre, nós tínhamos aquilo, mas era assim que vivia lá o. A gente via **ALOÍSIO** lá na, lá em baixo, lá na oficina, lá na oficina, **ALOÍSIO** de Moraes era chefe da oficina, né, **ALOÍSIO**. O Sapo que era uma personagem maravilhosa, vai falar, né? Então eu vou deixar, mas o **ALOÍSIO** era uma pessoa bacana, eu lembrar aqui. Falava com os chefes do Jornal de Minas, chamado Maleta. Mas enfim, então tinha esse misto de liberdade, esse misto de repressão, esse misto de medo, esse misto de heroísmo, até um dia que o Vladmir Herzog foi morto pela repressão. Aí as coisas ficou mais complicada, porque o Jornal de Minas publicou, no dia seguinte, um editorial de página inteira, favorável. Primeira página, página inteira, favorável à morte do Vladmir Herzog, tipo assim, eles estão dizendo uma

coisa assim, dessa vez foi um deles, é guerra, nós estamos vivendo uma guerra. Então, de repente, por mais liberdade que a gente tivesse ali, a gente se deu conta que a gente estava em um terreno minado, que a gente estava dentro de um jornal que era favorável à morte de jornalista, então a contradição foi muito forte. E aí é isso, quer dizer, as pessoas saíram, o **ALOÍSIO** vai falar do projeto, a gente. De repente a gente sentiu muito vivamente essa contradição, e pensamos “a gente quer escrever em um jornal, que a gente escreva aquilo que a gente realmente acredita, a gente quer escrever aquilo que a gente acredita, e não ser apenas alguém que para pra escreve alguma coisa, a gente tem que ter esse espaço assim”. Aí o **ALOÍSIO** vai e conta a história da Fundação do que eu falo, né? Mas eu, só para terminar um pouco essa história assim. Depois da morte do Herzog, depois do editorial, imediatamente eu fui promovida à editora, o que era o que era uma coisa muito boa, eu era repórter fui promovida à editora. E um ou dois dias depois que eu promovida à editora eu fui lá conversar com o Afonso Paulino e pedi minha demissão, numa posição muito constrangedora, passar por aqueles cachorros, aquelas coisas todas, usar cadeado, não sei o que. E sentei na sala com o Afonso Paulino, e aí o Afonso Paulino me disse, “você está saindo do jornal, porque te falaram que eu participo da repressão, que eu sou um torturador, não é isso?” “Não, não, de maneira nenhuma, eu não. Estou com planos.” Imagina, você acaba de ser promovida à editora, que é tudo que você quer, que o jornalista quer, e você pede demissão e ele me fala isso. Aí ele me falou ainda, terminou assim “não, eu não sou torturador, apenas eu tenho uma sala no DOPS, com o meu nome, sala Afonso Paulino.” Pois é, então é isso, então muito obrigado pela promoção, estou indo embora, e fui fazer minha vida por aí, trabalhei em outros lugares, também trabalhei na Globo, trabalhei no Rio, e apenas, não por causa (ininteligível), mas mostrou para mim que as coisas escapam também, né? Esse caso que ela contou do Jorge Defensor, é o caso que escapou a toda vigilância da Globo, que era imensa, que era uma vigilância tão grande, que quando eu trabalhei lá, por exemplo, eu fui fazer uma matéria, naquela época uma das primeiras feiras de livros que havia ali na Praça Sete. Aí aquelas matérias de repórter que você tem que destacar alguma coisa, né? E eu resolvi destacar assim, no meio desses livros todos? O livro mais pesado que tem aqui nessa feira, pesado mesmo, pesava lá dois quilos, três quilos lá com. Capital. Quando eu cheguei na redação, que fui procurar a matéria, na minha cabeça já estava sendo pedida. Por que Capital? Era um catatau desse tamanho, o Capital que ninguém lia, aliás, né? Desse tamanho. Porque lá, tal, fui explicar etc. etc. etc. E afora outras coisas pequenas também. Outra vez escrevi uma matéria assim, olha, está correndo,

fechamos o jornal, vamos correndo fazer uma matéria ali na Avenida João Pinheiro, porque os casarões estão todos se transformando em casas bancárias, em não sei o que, não sei o que lá, você tem 40 minutos para fazer a reportagem. Eu corri com o carro de reportagem, fui lá e filmei, e saiu essa matéria acho que no Jornal Hoje. Aí até nem era uma boa matéria, a frase nem era boa, mas eu só falava, olha, onde haviam aqueles casarões, a frase não é boa, a boa era mundo frio do capitalismo lá dentro, com àquelas luzes assim de bancário, também foi pedido da minha cabeça, não pode, não pode, nananá. Enfim, assim, então era isso que acontecia, alguma coisa escapava, outra coisa ficava, você ficava sob ameaça, você ficava inseguro, você não sabia o que fazer, você queria combater, ao mesmo tempo você estava dentro duma emissora, muitas vezes você era hostilizada, muitas vezes, nas ruas, como ainda hoje acontece, a meu ver, equivocadamente, equivocada assim, até o fim que é um absurdo, as pessoas maltrataram jornalista na rua, se quiser maltratar, se está contra a Globo, vai lá gritar contra a Globo, entendeu? Mas não, jamais, atacar jornalista. Essa é a minha posição, assim, ferrenha contra muitos amigos, que acho muito estranho ainda jornalista que comemora fechamento de jornal, porque isso é uma maravilha, fechar jornal, enfim. Mas isso não vem ao caso. É apenas pra lembrar, também fechando mesmo, lembrar, que a gente não fica só restrito ao passado, acho que o objetivo dessa Comissão da Verdade não é levantar a verdade, a história do que aconteceu e nunca mais vai acontecer, não, continua acontecendo, continua, o (ininteligível), não é? Continua acontecendo. Um dos últimos episódios que eu me lembro, é um aluno meu que fez um TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, se chama liberdade, essa é a palavra, quando ele mostrou a censura do Governo Aécio, que mandou demitir três ou quatro jornalistas que estavam cumprindo a sua função, um deles, aliás, chefe, editor regional da Globo, o aluno fez provavelmente a censura no caso da Andréa Neves, e o Governo democrático, entre aspas, de Aécio Neves. Então as coisas continuam, né? A gente tem que ficar atento, que isso é censura, não é uma coisa só do regime militar de antigamente, existe uma censura que continua hoje, talvez de cunho mais econômica, que é o medo do desemprego. Mas, enfim, é preciso ficar atento e forte. É isso, gente. Obrigado.

MARIA CERES: Obrigada, Miriam. Agora eu passo a palavra para **LUIZ MORAES**.

LUIZ MORAES: Boa tarde a todas e a todos. Eu acho que eu vou dividir aqui a minha fala em três. Três. Três espaços. Primeiro falar um pouco da minha experiência, quando eu iniciei, né? E como eu convivi com isso, que já foi falado, falar censura da censura, não é? E depois sobre alguma revista que a gente fez, conhece e sabe desse episódio,

uma revista, uma peça rara hoje, ela inclusive já foi doada para o Memorial da Anistia, que está sendo instalado ali na Rua Carangola, no bairro de Santo Antônio, e é uma revista que foi censurada da capa até a contracapa. Ela recebeu o carinho da censura de todas as páginas praticamente. E depois falar sobre o Jornal de Fato, que é um jornal que a gente teve aqui durante três anos e que foi, sofreu a violência aí do terror, e foi invadida, a sede dele foi invadida de madrugada e tal. Bom, eu comecei no jornalismo quando ainda era estudante de comunicação, no começo da década de 70. Eu fui fazer estágio no Jornal de Minas, esse Jornal de Minas que a Miriam falou aqui. Eu fui para lá estagiar, e por sorte ou azar, eu acho até mais sorte, porque a gente gostava disso, eu fui ser, acompanhar o repórter de polícia, e diziam que a polícia era a grande escola para você aprender o jornalismo. E realmente pra mim foi, eu pude testemunhar isso. E então eu fui acompanhando (ininteligível) o jornal tinha dois repórteres de polícia, era um jornal. O Jornal de Minas era. O jornal era mais. Mais pobre, e tinha dois titulares, repórteres titulares, e me puseram para ser opção o Sancho Pança ali do titular e acompanhando. A gente na época fazia uma. Pegava o carro e cortava todos os. Principais pontos de notícias. E uma delas era o Instituto, como é que chama? Instituto de Investigação. Aqui na Alagoinhas. Vê aí. Departamento de Investigações. E lá que ficava o tal Braga Neto, que a Miriam já abordou aqui. Então lá, né? Que eu pude ver os horrores, o que acontecia com o cidadão, com os pobres, e não saía nada na imprensa, porque a autocensura, e mesmo o repórter já ia atrás de notícia e já sabendo que certos assuntos medonhos, nem tocar de mais, não vai para frente. E ali então eu pude ver preso sendo torturado com concorda. A concorda era uma lata de pneu assim, ele pegava e mandava os presos ficar assim, e batia nele para conversar, para torturar. Lá mesmo, de vez em quando a gente ficava circulando pelos corredores, e de repente via um sujeito, um preso saindo de um banheiro com a cabeça toda molhada, o quê que aconteceu? Ele foi, né? Sofreu um afogamento lá na, na delegacia lá, na sala ali. Então tinha aqueles afogamentos e a gente via aquilo ali, eu era um mero estagiário, não podia falar nada. O meu, o repórter titular era nada mais, nada menos, do que um. Ele era repórter, e ao mesmo tempo era funcionário do, da medicina legal, que funcionava nos fundos do jornal. Então ele tinha dois empregos, era só andar alguns metros e ia cumprir a dupla jornada. Então, e ele era da polícia, então ele não contava nada disso, e eu assistindo aquilo tudo, o tratamento, né? Era a maior violência que já vi, que acontecia lá. E ao mesmo tempo o tratamento que se via. A imprensa lá com cafezinho, todo dia tinha uma espécie de preleção, recebia lá com cafezinho, todos os repórteres de Belo Horizonte e tal, eram

recebidos em determinado horário. E, bom, isso, e enquanto isso na redação, o que a gente via era o, eu lembro que a sala dos revisores tinha um quadro de aviso e ali, todo dia era pregado o aviso da Polícia Federal, enumerando ali os assuntos proibidos do dia, e ficava ali na revisão uma cópia justamente para os revisores ficarem de olho e não deixar nada passar nada debaixo da perna. Mas a gente tentava driblar isso, como a Miriam falou, tentava driblar e tal. Depois eu acabei sendo contratado lá no Jornal de Minas, eu passei a ser um incômodo lá dentro da redação, aí me desceram pra a oficina, então eu fui, como o Washington foi, Secretário de Oficina, que era a pessoa que dava o ok para as páginas todas, catava os erros, possíveis problemas. E ali também eu pude viver e ver como é que a censura atuava, porque, de repente, uma manchete era trocada, o jornal era na época do chumbo ainda, era impresso em chumbo, o estanho e o chumbo. Então volta e meia tinha que mudar título, tinha que mudar manchete, o cara vinha uma ordem de cima para mexer ali. E a Miriam citou aqui o Tostão, o Sapo, né? Era um vendedor de jornal que tinha aqui em Belo Horizonte, muito interessante, ele tinha um vozeirão muito grande, então ele saía, é, a gente. Ele vendia o Jornal de Minas. Então, a gente. Ele era um analfabeto, então a gente que tinha de ditar para ele a manchete, e ele guardava tudo de ouvido. Então todo dia eu tinha que passar as manchetes ali, ele guardava e saía pela rua aqui no centro gritando a manchete. Então teve um dia que foi até engraçado, porque o Luiz Otávio Madureira Horta, o Tatá, falecido, era um cara muito criativo, e ele fazia as manchetes do jornal. Aí quando teve lá, derrubaram a ditadura em Portugal, aí nós estávamos no período do. Aí o Tatá falou “é agora.” Então ele pôs o título da manchete do jornal, Portugal, dois pontos, presos na rua, polícia na cadeia. E eu passei aquilo pro Sapo, o Sapo saiu gritando aquilo isso pelos cantos cidade, aquilo deu maior problema. E daqui a pouco já está a polícia, que negócio é esse, preso na rua, polícia na cadeia? Mas então era isso, a gente convivia muito com essa censura e a autocensura, também, né? O Flávio, acabou de sair, ele tava me lembrando aqui no intervalo que esse Jornal de Minas, antes, anteriormente. Antes ele chamava de O Diário, que era da igreja católica. E ele estava lembrando de uma pesquisa que ele fez que, no dia 18 de dezembro de 68, O Diário, saiu com uma tarja na primeira página falando que a partir daquele dia que ele estava sobre, sob censura, alertando os leitores. Eu achei interessante isso. Bom, mas mudando de assunto, eu queria falar aqui que, com eu atuei bastante com a imprensa alternativa, ainda atuo, que eu sou dos jornalistas livres. Hoje trabalho, estou meio que pendurando as chuteiras na grade imprensa e, mas vou continuar aí na imprensa alternativa. Mas, então eu queria falar sobre outras experiências

que nós tivemos, na década de 70, que a gente criou quatro publicações aqui em Belo Horizonte. A primeira delas foi o jornal Gol a Gol, se pegar com o pé, dibra. É um jornal que, do DCE, da Federal, DCE funcionava aqui na Guajajaras e o Virgílio Guimarães de Paula, o deputado, hoje ex-deputado, ele foi eleito presidente do DCE. E era a diretoria muito interessante nessa época, um pessoal muito criativo e tal e uma ideia excelente que eles tiveram, foi de comprar uma máquina impressora que rodasse um tamanho, um tamanho duplo ofício. É esse aqui, o duplo ofício, é esse aqui. Então eles compraram a máquina, a máquina chegou, era uma novidade até, né? Negócio de offset, como se fosse uma internet chegando na época. Então chegou a maquininha lá, eles contrataram o gráfico, mas aí e ali? Quem vai fazer o jornal? Aí eu fui indicado pela Cecília Magalhães Gomes, falecida, ela que indicou. “Ah, tem o **ALOÍSIO** e tal e tal”, aí me indicaram pra ir fazer o Gol a Gol. E eu na época eu praticava, com o hoje teatrólogo, Rodrigo Lespe, a gente já tava trocando ideia de criar um jornal na época, isso foi em 72/73. Então a gente já estava com a ideia de criar uma publicação na época, aí fui convidado para fazer o Gol a Gol, e, mas ninguém do DCE entendia de jornal, então entregaram o jornal para a gente. Oh publica aí, me deram um assunto lá e tal. E a gente fez um número zero então a troca de caixa, mas quando o jornal ficou pronto já era dezembro, meados de dezembro, os estudantes já estavam todos de férias e tal e o jornal ficou, ficou encalhado. Aí pô, e agora, o que nós vamos fazer? Aí eu, e a gente tinha um trato ali, um monte de maluco, de ilustradores, um pessoal muito criativo. E nós fizemos o jornal e ele vai para o lixo, então vamos vender. Pusemos debaixo do braço e fomo vender na feira lá da Praça da Liberdade, esta da Afonso Pena, na época, era na Praça da Liberdade. E aí fomo vender lá e o negócio vendeu feito água. E aí fomos vender na porta de teatro e tal, num segundo o jornal esgotou. Vendemos tudo, levantamos uma grana que a gente não imaginava, “e agora o que vamos fazer com esse dinheiro?” Ter que devolver pro DCE, não vamos. E ia virar lixo, aí poxa, vamos fazer o nosso jornal então. E aí que a gente partiu para fazer o jornal e eu acabei esquecendo de trazer, é o jornal que se chama Vapor. A gente fez o, enfim, acabamos ocupando uma sala da DCE, o pessoal ficou sem jeito de expulsar, virou nossa redação lá e o DCE então rodava o jornal aí, pagava o papel e a tinta e os funcionários e eles rodavam. Então a gente fez o Vapor, foram quatro edições que era um, o Vapor era desse tamanho assim, era um jornal. Aí. Aí, lá em 75, final de 74 a 75, vamos fazer uma revista intermediando uma edição e outra do Vapor. Aí fizemos essa revista que chamada Sífilis. E aí no primeiro número nós demos uma sorte que a gente entrevistou um ex-integrante da TFP, todo mundo sabe o que é TFP aqui,

Tradição Família e Propriedade. Era um grupo de direita, né? Que existia aí, ligados à igreja e tal, que existia no país na época. Então esse cara contou os bastidores lá da TFP e tal, como é que era, e era um assunto que ninguém ainda tinha abordado. E o negócio acabou repercutindo, então o Jornal Brasil, por exemplo, entrou no caso, fez matéria em cima, foi localizar lá o Garrocho, o Luiz Carlos Garrocho, hoje ele mexe com teatro aí até, da prefeitura, do Luiz Carlos Garrocho. Então, o negócio repercutiu, e pô vamos nessa não é? E então partimos para fazer a número dois, que foi essa aqui e a gente, a gente. Abordou aqui o caso do Antônio Luciano, entre outros, entre outros assuntos aqui. Mas a capa foi as duas mil virgens de Dom Luciano, que era um empresário que tinha aqui que era famoso, porque ele gostava de desvirginar mulheres e tal. Então. A partir desse momento então a gente começou a sentir ali, né? O que é apossar, a presença ali da Polícia Federal, chegar umas figuras estranhas lá na redação e tal. E a gente sentiu que começou a ser assediado pela Polícia Federal. E, nesse número, o, essa matéria que a gente deu do Dom Luciano, foi uma matéria censurada no Jornal Novo Invento. Movimento ou Opinião, eu acho. Era um jornal alternativo que tinha aqui, nacional. O Durval Campos Guimarães e o Teodomiro Braga, eles fizeram uma ampla matéria sobre o Luciano, uma parte dela contando o lado do empresário Luciano, e suas sacanagens, e do outro lado as virgens de sua sacanagem. Então, essa parte das virgens então foi censurada, lá no Opinião e tal. E aí o Durval pegou lá e falou “Pô. Estou com uma matéria aqui, vocês não topam publicar, não? Sobre o ator Luciano e tal e as virgens, e tal? Foi censurada lá, mas der repente aqui dá.” Porque o Opinião, e o Movimento e o Pasquim eles eram censurados, tinha censura prévia. Aí nós não estávamos ligando pro azar e falamos “é com a gente mesmo, então publicamos essa matéria censurada.” E aí tem uma mão de obra danada, porque depois que a revista já estava impressa o Teodomiro tomou conhecimento, Teodomiro Braga, e aí ele falou “Porra, eu não quero ter assinar essa matéria não.” Bom, e aí a Polícia Federal começou a chegar junto, nós fizemos o número três e aí a sede do jornal se não me engano o endereço, era na minha casa, na casa dos meus pais, que na época eu era solteiro. Então, a gente fez o número três e um belo dia a Polícia Federal baixa lá na casa dos meus pais à tarde, falaram que apreendeu a Sífilis e tal. A minha irmã que estava lá assustada, né? Eles entraram lá e o que acharam de revista eles levaram. Mas na verdade, lá não era, né? A sede do jornal, mas aí eles deixaram o recado, que é o seguinte. Que na época existia uma regulamentação que se a publicação tivesse esse grampo no meio, outro grampo no meio é revista, tirou o grampo é jornal. Então vinha e a Sífilis tinha o grampo, e por ser a

revista tinha de ter o registro, porque o grampo tinha de ter, o grampo que ser revista tinha de ter o registro na polícia, no departamento da Polícia Federal. E para ter o registro tinha que passar pela censura. Então vamos ficar aqui, nós teremos o registro aí da revista, aí tal, devolveram para a gente essa revista aqui toda carimbada, corte de censura federal, da capa até, só a página 12 que tem o expediente que não sofreu. Mas o resto foi todo no carimbo da censura. Então virou uma peça rara, né? Para denunciar a censura, porque é o único, é a única publicação que recebeu esse carimbo. Eu acho que esse documento do Lindemberg também é precioso nesse sentido, se quiser doar também lá para o memorial, porque é uma prova. Então não tem como falar que não houve censura. Tá aqui, então é isso. E com isso, né? Como eles censuraram toda a revista, nós não tivemos, não pudemos tirar o registro, aí a revista morreu. Morreu, mas a luta continuou. Porque aí aconteceu esse episódio que a Mirian relatou ali do editorial do Jornal de Minas, e eu também trabalhava lá e eu era casado com ela. Eu era casado com ela, tem concurso desde aquela época. Então, com esse episódio lá, né? “Pô! Vamos fazer um jornal nosso.” Fomos fazer um jornal nosso e juntamos um monte de jornalistas e não jornalistas e tal, e então partimos para criar o nosso jornal. O jornal alternativo. Que a gente participava dele todo. O jornal então foi funcionar lá na nossa casa, o nosso quarto de casal virou redação, virou redação, imaculamos um quarto menor. E então criamos o jornal e o jornal uma edição pagava a outra. Para fazer o número, né? O primeiro número, cada um deu uma graninha que podia e juntamos o suficiente pra fazer o número um. Depois o número um pagou o dois e assim por diante. Então a gente, o jornal existiu durante, por 28 edições. E era um jornal mensal, mais ou menos mensal. E aí começou também a incomodar, ele começou reunindo os jornalistas e passou. Passaram muitas pessoas lá durante o período. Interessante que eu olho o expediente, cada hora aparece um time, parece que diferente. E muita gente queria participar, naquela época não tinha, nós estávamos ali de baixo, numa. Na ditadura, não tinha partido político, tinha muitos espaços para você atuar politicamente. Então o jornal era uma maneira também de você participar politicamente. Então nós fizemos esse jornal que era, né? A gente participava, o interessante dele também era que a gente participava de todo o processo, desde discutir a pauta, fazer a matéria, a gente mesmo já gravava, a gente às vezes trabalhava a madrugada discutindo coisa, e na hora que saía a gente morria de medo, na hora, às vezes tem que. Eu lembro que uma vez a gente deu. A Metropol, que é essa polícia do (ininteligível) chamava de Metropol, e a gente soltou a manchete lá Metropau, e uns cara metendo a borracha lá. Então nós, dessa vez nós não

escapamos, é isso que dá sempre na expectativa (ininteligível) pedia explicativa. Porque a gente não tinha censura e também não queria atuar como auto-censor, então a gente não sabia bem o limite, né? O limite que a gente podia atuar. Então lá, por lá passaram inúmeras pessoas, o jornal existiu durante três anos, de 76, 77, 78. E viveu também várias fases, porque foi um entra e sai. Tinha uma equipe mais fixa, mas era um entra e sai de muita gente, né? Então viveu fases diferentes. Mas o fato é que ele acabou também com o, a gente temia, acabou chamando a atenção da repressão e dos terroristas. Eu já tava separado da Mirian e eu morava lá com um amigo, um integrante da equipe, o jornalista, o Fernando Assunção. E então a gente, de madrugada, a gente convivia com aquele negócio do telefone tocar de madrugada, se ia atender, o outro lado não falava nada. Cê ia atender, desligava. Sempre de madrugada. E eu lembro que uma vez eu cheguei lá com a namorada, era tipo meia-noite e o jornal era ali na Floresta, na Contorno, perto do (ininteligível).

Ali você tinha uma favela, ali onde chove. Então era um lugar meio, e nós chegamos ali, eu cheguei lá e vi que tinha algo no ar ali. E tinha umas figuras esquisita, uns caras esquisitos, naquela hora esquisita, e então eu entrei, nós entramos, ela felizmente não notou nada. Eu entrei, ela correu para o banheiro, foi fazer um xixi, eu falei, e o santo não desconfia mesmo. Aí, e o jornal era nos fundos, era um barracão grande nos fundos, então tinha um corredor até a rua. E aí eu desci, falei “pô” na hora que eu chego lá no portão (ininteligível).

ALOÍSIO: Veio um cara também, ele vinha em direção, nós trombamos assim, um olhando pro outro e ele fico sem jeito, falou “oh! desculpa! Desculpa!” Ele levou o maior susto, ele não esperava encontrar comigo e nem eu encontrar com ele. E aí, sei lá, foi embora, tranquei lá o portão, mas, né? Os telefonemas continuavam, e a gente sacou. A a estratégia deles era apreender o jornal quando chegar pra gráfica. Porque se eles pegassem o jornal depois da gráfica a gente ia fica sem o ovinho deles, né? O ovinho deles sabe o quê que é, né? É o que para, né? O dinheiro para pagar a próxima edição. Então, a jogada era-era essa, e aí. E também invadir lá, né? Aí aconteceu que, que no dia. O jornal já tava, já em 78, foi um dia. Um ano de eleições, né? Nós tivemos até um. Esse daqui era o último número, né? Tem cheiro de povo no ar, quando tivemos a eleição, né? Tivemos os chamados candidatos populares e tal, então. E estava um período já de mudança, né? Acontecendo as primeiras greves. O próprio governo, né? A distensão, né? A distensão dentro do governo, então. Bom, então. E o próprio jornal também já estava começando a ficar esvaziado, porque, porque. Já começava,

começava a surgir, né? Parti. Outros espaços políticos. Então o jornal começou também a equipe ficou mais, né? Enxuta. E aí no dia 02 de setembro, da madrugada, foi numa sexta pra sábado, é. O. Coincidiu de que nessa noite nem o Fernando e nem eu dormimos lá. Certamente ligaram, né? Viro que ninguém atendia, ou seja, não tem ninguém então é agora. Então invadiram lá a sede do jornal, arrombaram o portão da frente que dava pra a rua, arrombaram a porta de entrada, e vasculharam lá, levaram lá alguns objetos, e deixaram lá em cima da mesa uma garrafa, com um pavio e um líquido dentro, e um, uma, tinham umas coisas plástica meio, meio tipo chicle. Parecendo chiclete de bola, tinha umas coisa lá que a gente não entendeu, poderia ser alguma coisa inflamável, né? Parece que a intenção deles era de provoca um incêndio lá. Então, é. Então eles invadiram lá e tal (ininteligível) do exemplar. Tivemos, chegamos a ter quase 1.000 assinando. Nós tínhamos assinando, né? Fora do país, lá assinante fora do país, ele. Chegamos até a ter um, né!? Um orgulho de receber uma carta do Arraes, o Arraes estava lá na Argélia, ele mandou uma carta para o jornal, elogiando, né? O jornal e. Foi um jornal também que, que deu alguns furos, né? Foi o primeiro jornal a publicar a lista dos torturadores, né? Nós trouxemos uma lista de alguns torturadores, livros, também. E teve também o seu momento assim de teve o seu papel importante na luta pela anistia, né? Pelas lutas, pela, pela constituinte, pela defesa, né? Dá. Dos direitos democráticos, né? Em várias bandeiras da época. Então, e isso, né? Claro que começou a incomodar não foi à toa que ele foi, invadido, né? E. Tentaram lá acabar com ele na marra e acabaram. E acabou morrendo ali o jornal. Acho que é isso, né? Se alguém quiser mais alguma. Um detalhe, me coloco à disposição.

MARIA CERES: Só agradecer, né? Obrigada mesmo.

ROBSON SÁVIO: Só para declinar aqui da presidência que eu acho que a coordenadora, né? Que já está, a postos aí, já vem conduzindo. Eu declino da presidência, mas eu reivindico, não meu direito, né? A oportunidade de eu também participa como jornalista e todos aqui, né? Foram, de uma certa maneira, companheiros, né? De redação, ou companheiros em alguma. Em alguma circunstâncias. O **ALOÍSIO** foi o meu, meu calouro lá na, na Fafich, né? E ele me, me acusa de ter feito ele presidente do sindicato, presidente dos censores, jornalísticos e, e aí é que ele começou. Quer dizer, é uma acusação que eu aceito, eu não deixo passar, né? A Miriam também foi grande colega lá e, sem nenhuma pretensão, ela foi minha estagiária na Rede Globo. Porque, eu quero dizer, né? Eu acho que falar quem que é o mais velho aqui, sou eu, né? O Washington, eu acho que ele está empatando comigo, então eu digo que o diabo, é velho isso, e isso

eu já tinha entendido. O diabo é velho, o diabo é esperto não é porque ele é inteligente, não. É porque ele é velho. Então como diabo velho, a gente tem algumas histórias pra contar, e eu não vou antecipar, talvez, uma oitiva que vai se fazer em torno do, do primeiro jornal censurado, primeira. Primeiro jornal censurado pela lei de imprensa, né? Que foi em 67, né? Que foi o jornal Liberdade e isso vai ser fruto. Mas eu gostaria de falar que, por causa deste jornal que a gente vai ter uma oitiva mais na frente, eu estava ainda respondendo processo, né? Estava com habeas corpus e estava trabalhando, no Jornal do Brasil, né? Ainda como estagiário, este aí em 60. Não, foi em 60, em 71, em 71. Eu vindo, estava aqui tava o **MANOEL GUIMARÃES**, estava aqui. Eu estava vindo de uma comemoração na casa do Manoel, que também foi o meu calouro. E a gente tava numa comemoração lá na rua Grão Mogol, e na rua Grão Mogol eu estava vindo com um grupo de, de jovens, né? E eu talvez fosse o mais velho também, mas tinha um menino de 17 anos eu já tinha, eu já tinha meus 23. E a gente tava passando na Rua Outono, né? Onde morava o coronel, que eu vou pedir aqui o Lindemberg para me lembrar, porque esse episódio também tem o Lindemberg na história. O Lindemberg, como ele era. Ele fazia plantão lá no Estado de Minas, ele e o coronel, o chefe de segurança, o secretário de segurança era o coronel Washington Flores. Ah, coronel Murguel! Era. É. Coronel Murguel, ele morava ali na rua Outono. E como a gente estava passando lá, e foi naquela época daquela música assim Brasil eu te amo, ou brasil ame ou deixe o, né? Aquilo foi década de 70, e essa música era cantada assim em tom de deboche, né? Os estudantes cantavam em tom de deboche, e esse menino 17 anos, que hoje ele é um grande diretor da tendo em vista, da TV educativa, ele tava cantando, ele tinha bebido pouco, e o soldados, os soldados que estavam guarnecendo ali, os seguranças que estavam ali na casa do coronel, coronel Murguel, é isso mesmo. E eles vieram e nos identificaram. Quando viram que o menino apresentou uma carteira de menor, eles deram chute nele e mandaram ele embora. Quando eu apresentei minha carteira, né? Eu botei a minha carteira Jornal do Brasil, primeira coisa que eles fizeram foi queimar a carteira, a minha carteira de identificação, e começava a me espancar, né? Porque com certeza eu estava ali pra invadir a casa dele, e eles pegaram. Antes disso eles pegaram a minha carteira, foram na casa do coronel, devem ter ligado pra alguém, eu estava com habeas corpus, estava sob habeas corpus, então me. Viram que eu era um elemento perigoso, né? Entre pra eles, né? E começaram a me espancar, eu tinha o cabelo grande, eles me cortaram o cabelo. Com o isqueiro eles queimaram o meu cabelo, e fizeram, assim, atrocidade. Me torceram o braço, me quebraram o braço, e eu, tô dizendo

isso, porque isso aí era de se esperar. O que não era de se esperar, que eu trabalhava na Sucursal do Jornal do Brasil, quando eu cheguei no outro dia, né? Quem que me deu a guarida foi o Lindemberg, o Lindemberg tem várias passagens na minha vida política-estudantil, o Lindemberg é que me atendeu lá no Estado de Minas, porque quando eles me soltaram, aí o Lindemberg me conduziu. Você lembra, Lindemberg? Me conduziu lá para a medicina legal. Mme conduziu pro pronto socorro e me amarra, e me enfaixaram, me. E eu cheguei no outro dia no Jornal do Brasil com um enfaixado, quando o chefe da sucursal, que eu não vou dizer o nome dele aqui, que ele tá vivo e, e ele povoa por aí, aí ele disse assim “Você vai ficar 15 dias de licença que é obrigação do jornal. Depois de 15 dias você pode ir embora, você não volta mais aqui, porque aqui não é lugar de comunista.” E é uma pessoa que se prega aí, hoje ainda, como um grande socialista, um grande defensor das, das questões sociais. Um outro episódio que eu conto, quando eu estava na Rede Globo. Não sei se vocês já ouviram falar da olimpíada operaria global, a Mirna trabalhou conosco. Eu fiz sete olimpíadas, né? Operaria global. Então eu. Era uma coisa assim, um comunista fazendo uma olimpíada dentro da Rede Globo, então a gente. Eu digo que eu usei a Rede Globo para fazer as coisas, né? Que a gente imaginava. Tinha uma abertura, apesar de tudo, apesar de tudo, né? Tinha uma abertura para a gente fazer, então a olimpíada era feito. Claro, era o governo do Estado, era mais, era a Rede Globo e quem coordenava essa olimpíada era eu, e no dia primeiro de maio, durante 8 anos a gente fez no dia primeiro de maio, a gente fazia uma abertura do Mineirão, e nessa abertura eram 120 atletas participando, cento e vinte mil, desculpe, 120 empresas participando, eram 21.000 atletas operários e a gente desenvolvia ali esse, esse. Era um desfile cívico, né? E nesse dia veio, em 82, veio aqui para abrir as olimpíadas o doutor do Ministério da República e o presidente era João Batista de Figueiredo, e, lá na, no Mineirão estava apostolo para desfilar, estavam lá as 120 empresas e tinham 40 bandas de música, fanfarras, as bandas de músicas, né? Essas, fanfarras. Quando íamos abrir a olimpíada, a olimpíada não tinha discurso, não tinha nada, era. Falava assim, um atleta, assim, tinha pira olímpica, era coisa de olimpíada isso há tantos anos atrás, isso foi em 82, né? E a gente era oitavo. Na hora de fazer essa abertura o, aí deu a palavra, quem que ia falar assim que é claro aberta a olimpíada operaria global, né? Que era o General Figueiredo, dada a honraria, né? Ele era o presidente, ele arrancou um papel desse tamanho e ia falar. Quando ele começou “operários de Minas Gerais” eu falei assim “não, um comunista não vai deixar essa pessoa fazer isso aqui não.” E então, de repente, eu tive o ímpeto, e eles me acusam lá

na Polícia Federal, me acusaram, que eu fui preso, né? Fui conduzido, né? Como se eu tivesse desacatado, eles falaram que eu não. Que eu arranquei o microfone do General Figueiredo, mas eu não fiz isso. Num toque só, porque a gente tinha treinado aquilo e a gente ativasse, tinha as quarenta bandas de música, na hora que ele começou a falar “operários de Minas Gerais” eu dei um toque, uma pessoa rufou os tambores e todo mundo começou a tocar, aquele barulho infernal, né? Quer dizer, infernal para eles, né? Aí, de repente, né? O Figueiredo estava com um discurso, né? Que a gente chama, né? De bife. Ele pegou aquilo, amassou, me disseram que ele falou assim: “eu quero a cabeça, desse filho” de alguma coisa que ele falou, e de repente, né? Aí começou a olimpíada, soltaram-se os pombos brancos, né? E todo mundo desfilou, depois teve jogo, né? Do Atlético e Penharol. Mas quando eu cheguei em casa exausto, que eu ficava 3 dias lá no Mineirão preparando, quando eu cheguei em casa, tava lá um coronel que era aqui do Sesi, esse eu vou falar, Coronel Izidro Caldeira Brant, né? Ao lado do chefe de ordens do presidente João Batista Figueiredo, e o chefe de pessoal da Rede Globo com uma carta de demissão. A partir daquele dia, em 1º de maio de 1982 eu não participava mais lá do, depois de 12 anos de trabalho, né? E a olimpíada continuou, que afinal de contas, né? Vai se, vai se desenvolvendo, então esse é o segundo episódio. O outro episódio, que antes disso, eu trabalhei também na redação do Estado de Minas. Trabalhei 3 meses aí não como estagiário, a gente já estava trabalhando lá, né, Lindemberg? Né, Washington? Eu acho que vocês se lembram disso. Num belo dia. Isso foi mais ou menos em 74. Num belo dia, Doutor Pedro Aguinaldo, esse eu digo que ele já morreu também, né? Ele me chamou na sala dele igual ele fez várias, né? Com Washington, com Lindemberg, ele me chamou e falou assim: “olha aqui, vem cá, o Dops está aqui procurando por você, você sai pelas portas do fundo e nunca mais volta aqui, você nunca trabalhou aqui.” Quer dizer, eu fiquei ali 3 meses, né? E eu nunca recebi nenhum tostão, então é a minha participação no meu depoimento aqui pra vocês, assim, alguns. Os episódios, né? De um diabo velho que participou aí dos movimento, e agora aqui, não para contar isso, que é agora que eu tô contando isso, mas a gente ainda tá na comissão da verdade, para ouvir a história dos outros companheiros, que a gente tá aqui pra conduzir, e a história continua. Obrigado.

MARIA CERES: Bom é. Obrigada, eu vim dizer para vocês o seguinte, dada a hora e o cansaço das pessoas, então a gente resolveu. Nós estamos, resolvemos não abrir o debate. Entretanto, se alguém tiver alguma pergunta que só pode ser feita agora para explorar a gente libera, mas a gente gostaria de dizer pra vocês que as pessoas também

na mesa estão cansadas e que a gente agradece vocês também, né? Vocês estarem aqui, foi muito bom, tá? Esse material todo, o vídeo e as falas vão ser transcritas e vão constituir o nosso banco de dados para que a gente possa. Ah, não. Eu que ia dizer para vocês o seguinte, que, no dia 6 de abril, nesse mesmo local, mas a partir da 08 horas da manhã, sendo na parte da manhã e na parte da tarde, nós vamos fazer a, nesses dois horários, audiências com as lideranças do movimento estudantil de Belo Horizonte, instituições particulares e instituições públicas, né? A gente já tem algumas pessoas já confirmadas, né? Mas a gente ainda tá procurando, sabe? Identificando. Ontem eu fiquei muito feliz que eu consegui achar o Luiz Gonzaga de Sousa Lima, o Urubu né? Com quem nós convivemos, né, Vanessa? Lá na Puc. Foi o presidente do DCE na Puc em 66 e 67, né? E devia ter, assim, uns 40 anos que não encontrava com ele. Eu liguei pra ele ontem e, provavelmente, ele vai estar aqui como liderança estudantil, então vão vir outras pessoas, né? As Franciscas ali do grupo, já estão ali até querendo que eu fale mais nome, mas não, não vou falar hoje, não, tá? Então, muito obrigada, tá, boa noite! E a gente espera vocês e certamente mais gente também e outras pessoas no dia 6 de abril, é a partir da 08 ou das 09 Helena? Das 08, não é isso? Muito obrigada.